

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Restituição do IR começa amanhã.....3

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Derrotas à vista.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita propõe antecipar cobrança em marketplaces.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeção piora, mas governo mantém desejo de déficit de 0,5% do PIB.....11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo bloqueia R\$ 1,7 bi do Orçamento.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

O problema do governo é o "day after" da votação da regra fiscal na Câmara - ANDREA JUBÉ
.....16

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera R\$ 1,3 bilhão de atrasados a mais de 83,7 mil beneficiários do INSS
.....18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Plano de Moro e de Deltan é "profundamente antiliberal".....19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Rivais ideológicos, PL e PSOL têm em comum a maior rejeição à regra.....21

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: 'economia vai ficar mais eficiente' com unificação de impostos, diz economista da FGV
.....22

PORTAL UOL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço: Relator dribla pressão por mudanças às vésperas de votação.....24

O GLOBO - RJ - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

EUA: fracassa acordo para evitar calote em investidores.....25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Arcabouço fica menos simples, mas mais impositivo, indica Itaú.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fundos de investimento e o novo marco regulatório (Artigo)	29
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Campos Neto: críticas ao BC mostram desconhecimento	31
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Defensoria Pública da União teme perda com regra fiscal	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Após corte na gasolina, expectativa para inflação cai de 6,03% para 5,80%	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Mergulhada em inflação, Argentina lança nota de 2.000 pesos, equivalente a r\$ 20	36
FOLHA DE S. PAULO - SP - SEMINÁRIOS FOLHA ECONOMIA	
Mudar meta sem calma pode dar mensagem errada, diz Campos Neto	37
FOLHA DE S. PAULO - SP - SEMINÁRIOS FOLHA ECONOMIA	
Para Pacheco, juro alto inibe projeto de crescimento econômico	39
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Coordenação fiscal e monetária	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Orçamento de 2023 garante alento para o transportador? (Artigo)	43
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Expectativa do mercado para a inflação em 2023 fica abaixo de 6%	45
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
FGV aponta alta de 1,8% para o PIB em março	46
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Relator do novo marco fiscal fará "últimos ajustes" antes da votação	47

Restituição do IR começa amanhã

Fernanda Strickland

A **Receita Federal** anunciou, ontem, que será aberta amanhã, a partir das 10 horas, a consulta ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda Pessoa Física 2023. Segundo o órgão, o primeiro lote será pago em 31 de maio - mesmo dia do prazo final para o envio da declaração do IR 2023. Serão contemplados 4,13 milhões de contribuintes, no valor de R\$ 7,5 bilhões. É o maior valor já pago pela Receita em um lote de restituição do IR.

De acordo com o órgão, todo o valor será destinado a contribuintes que têm prioridade, sendo 246 mil idosos acima de 80 anos; 2,46 milhões com idade entre 60 e 79 anos; 163,86 mil com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; 1,05 milhão cuja maior fonte de renda seja o magistério. Cerca de 204 mil contribuintes que não têm preferência legal, mas ganharam prioridade por terem usado a declaração pré-preenchida ou optado por receber a restituição via Pix, também vão estar no primeiro lote.

Para saber se a restituição está disponível, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet (www.gov.br/receitafederal), clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". A página permite, ainda, uma consulta à situação da declaração.

Se identificar alguma pendência, o contribuinte pode retificar a declaração, corrigindo as informações que porventura estejam equivocadas.

Caso o contribuinte não resgate o valor da restituição no prazo de um ano, deverá requerê-lo pelo Portal e-CAC.

Calendário

Datas de pagamento da restituição do Imposto de Renda 2023:

1º lote 31 de maio

2º lote 30 de junho

3º lote 31 de julho

4º lote 31 de agosto

5º lote 29 de setembro

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/23/all.pdf>

Derrotas à vista



Calendário aberto. Primeira leva de medidas provisórias de Lula vai expirar em 1º de junho, e Palácio do Planalto já foi alertado sobre a possibilidade de enfrentar novos reversos no Congresso

MPS RELEVANTES

VENCIMENTO EM 1º DE JUNHO

Reestruturação dos ministérios



O que diz

É o texto que organiza toda a estrutura do governo, com as divisões de ministérios e atribuições

O que deve acontecer

O texto ainda está sendo analisado em comissão, o que torna o prazo curto. Atribuições da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por exemplo, devem ser transferidas do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a Agricultura

Extinção da Funasa



A norma acaba com a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), dividindo as atribuições entre os ministérios das Cidades e da Saúde

A medida gerou reação do Congresso, e a norma deve perder a validade sem ser votada, o que vai resultar na volta da Funasa

Mudança no Carf



Restabeleceu regra que prevê vitória da Receita Federal em caso de empate nos julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)

A norma vai perder a validade, e o governo decidiu enviar um projeto de lei. Desta forma, em caso de empate, a decisão voltará a ser a favor do contribuinte

Mudança no Coaf



Transfere o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Banco Central para a Fazenda

Há pressão no Congresso para que o Coaf retorne para o Banco Central. Norma deve perder a validade

OUTRAS MPS

Minha Casa, Minha Vida



O texto relança o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, marca de gestões petistas anteriores. **Válida até 14 de junho**

O relator, deputado Maranhoni (União-SP), avalia acrescentar no relatório a exigência de que questões como sustentabilidade e conectividade sejam incorporadas ao programa.

Bolsa Família



Norma retoma o Bolsa Família, com valor mínimo de R\$ 600 por família. **Válida até 29 de junho**

A norma passou pela comissão mista com mudanças. Entre elas, passou a permitir que o governo retire o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da base de cálculo de renda de possíveis favorecidos, ampliando o escopo do programa

Editoria de Arte

CAMILA TURTELLI E MANOEL VENTURA

O Congresso se arma para impor novas derrotas ao governo diante da iminência da perda de efeito de nove Medidas Provisórias (MPs), que vão vigorar apenas até 1º de junho.

Parlamentares se articulam para esvaziar os ministérios do Desenvolvimento Agrário, chefiado pelo petista Paulo Teixeira, e do Meio Ambiente, de Marina Silva, transferindo atribuições à pasta da Agricultura, comandada por Carlos Fávaro, nome do PSD tido pela bancada ruralista como mais moderado. Além disso, os congressistas planejam ressuscitar a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), que havia sido extinta pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e enterrar a proposta que ampliaria os poderes do governo no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

As Medidas Provisórias são propostas do Executivo que começam a valer imediatamente após a publicação. Esse tipo de dispositivo, no entanto, precisa ser aprovado pelo Legislativo em até 120 dias, caso contrário, deixa de vigorar. A primeira leva de MPs do governo Lula tem prazo de validade de mais dez dias. Deputados e senadores trabalham para derrotar o Palácio do Planalto na mais simbólica delas: a proposta por meio do qual o presidente definiu a nova estrutura do governo, criando pastas e extinguindo outras.

O relator dessa MP, deputado Isnaldo Bulhões (MDBAL), deve apresentar seu parecer hoje. Na noite de ontem ele se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para debater o assunto. Também estava previsto um encontro com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

A preocupação do Planalto tem um fundamento: caso a falta de acordo impeça a votação do texto, o desenho ministerial deixado por Jair Bolsonaro voltará a valer -eram 23 pastas no lugar das 37 de hoje, com atribuições distintas das atuais. Além do impacto no atraso de projetos, o impasse obrigaria que servidores fossem realocados, provocaria efeitos orçamentários e mexeria na divisão de cargos, executada também com o objetivo de ajudar na construção da base.

O Congresso instalou no começo de abril uma comissão mista, com deputados e senadores, para analisar a medida.

O colegiado teve apenas duas reuniões: uma para eleger presidente e escolher relator e outra para realizar uma audiência pública.

VITÓRIA DO RURALISTAS

O relatório deve prever que a Conab deixe de ter a função de organizar o abastecimento e definir a política de preço de alimentos. Essas tarefas seriam transferidas ao Ministério da Agricultura. Na prática, a estrutura que ficaria com o Desenvolvimento Agrário, chefiado por Paulo Teixeira, teria pouca relevância. Já a pasta de Carlos Fávaro (PSD) seria turbinada. Ontem, ao GLOBO, o líder da bancada ruralista, deputado Pedro Lupion (PP-PR), elogiou Fávaro, em meio a críticas sobre a relação do Planalto com o setor.

- Manter atribuições da Conab no Ministério do

Desenvolvimento Agrário talvez não seja uma medida qualitativa para a operacionalidade do armazenamento e da redistribuição da safra agrícola -disse o deputado Danilo Forte (União-CE), em abril, durante a audiência pública sobre o assunto.

A Agricultura também deverá receber o Cadastro Ambiental Rural (CAR), área que interessa ao agronegócio, já que engloba os registros eletrônicos dos imóveis, integrando informações ambientais e das propriedades em si.

Por pressão dos ambientalistas, a responsabilidade voltou para o Ministério do Meio Ambiente, de Marina Silva, na largada da atual gestão -modificação que poderá ser desfeita em uma nova queda de braço. Uma nota assinada na semana passada por 120 organizações, incluindo ONGs e movimentos sociais, criticou a hipótese de alteração.

Outra mudança que deverá esvaziar a pasta de Marina trata da política nacional de irrigação.

A tendência é que o parecer deixe a área sob o comando da Integração Nacional, que tem à frente o ministro Waldez Góes. Ele foi indicado pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP), presidente da comissão que analisa a MP. Também está sendo negociada no Congresso a realocação de tarefas da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). O Ministério dos Povos Indígenas, de Sônia Guajajara (PSOL), perderia funções para a pasta da Justiça, sob o comando de Flávio Dino (PSB).

Há ainda a intenção de inflar o Ministério do Planejamento, chefiado por Simone Tebet (MDB), e retirar poderes da Casa Civil, cujo titular é Rui Costa, que enfrenta resistências no Congresso. Parlamentares do MDB apresentaram emendas para que a pasta de Tebet passe a centralizar estudos e análises técnicas e orçamentárias de propostas de políticas públicas e de reformas. Um grupo quer ainda transferir para o Planejamento a coordenação das ações do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), hoje sob o guarda-chuva de Costa.

AVISO PRÉVIO

Extinta no início do ano, a Funasa, por sua vez, está na mira do Centrão e dos partidos de centro que integram a base.

O governo já foi avisado que a norma vai expirar sem que seja votada. O órgão, que tinha orçamento previsto de R\$ 2,9 bilhões, tem histórico de loteamento político nos estados. Durante o governo Bolsonaro, a fundação era controlada pelo PSD.

Uma emenda apresentada pelo líder do União Brasil, senador Efraim Filho (PB), prevê que parte de suas funções seja incorporada pelo Ministério da Integração Nacional, comandado por um indicado de seu partido. Outra parcela ficaria sob responsabilidade da pasta das Cidades, chefiada por Jader Filho, do MDB. Relator da medida, o deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL) já manifestou publicamente a contrariedade com a decisão de acabar com a Funasa.

-Extinções sempre causam insegurança. Como ficarão as atribuições e investimentos?

-disse ele ao GLOBO em março.

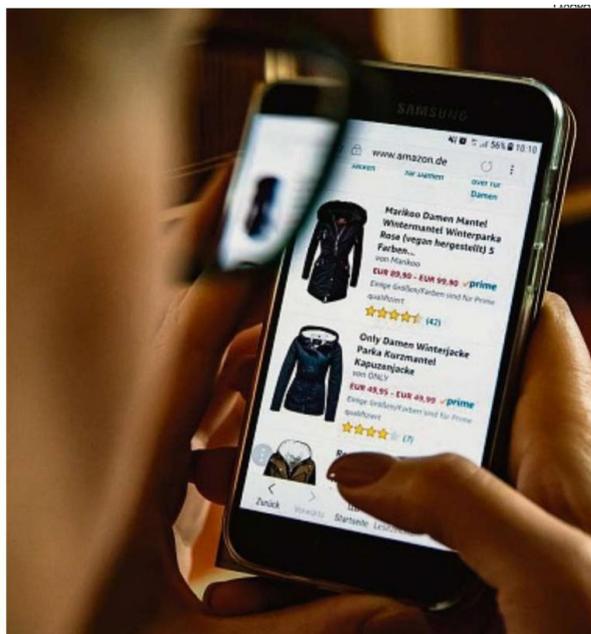
Na seara econômica, o Planalto está ciente que a mudança feita no **Carf** perderá efeito. A MP determinou a volta do desempate pró-Fisco nas discussões na Corte, que julga processos administrativo contra decisões da Receita.

Desde 2020, em caso de empate, a decisão beneficiava o contribuinte. O governo não concorda, e defende a volta do modelo em que os presidentes de turmas e câmaras votam caso haja empate, o que na maioria dos casos favorece a União. As mudanças nas regras do **Carf** são consideradas parte importante à estratégia de aumento de receitas. A Fazenda estimava arrecadar cerca de R\$ 50 bilhões com a medida. Com a derrota iminente, o governo vai transformar a MP em um projeto de lei, o que também encontra resistência no Congresso.

Também há pressão do Congresso para reverter a ida do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Banco Central para a Fazenda. Desta forma, o órgão voltaria para a alçada de Roberto Campos Neto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita propõe antecipar cobrança em marketplaces



Consumidor verá na tela valor da compra, do frete e do imposto a pagar

O Valor teve acesso ao programa de conformidade, elaborado pela **Receita Federal**, e que pode ser adotado pelas companhias estrangeiras que atuam no país, como Shein, Shopee, AliExpress e Wish.

Batizado de "Remessa Conforme", o modelo ainda será melhor detalhado ao ministro Fernando Haddad após a volta da viagem ao Japão, para eventuais ajustes, mas na visão da Receita está finalizado.

As empresas não serão obrigadas a aderir ao "Remessa Conforme", mas para aquelas que adotarem as regras, a liberação dos produtos será mais rápida, por meio de um "canal verde". Aquelas que ficarem fora do programa cairão num sistema mais lento de desbloqueio, o "canal vermelho".

Varejistas locais vêm criticando a decisão do governo de não obrigar as plataformas a aderir às mudanças.

Na quinta-feira, espera-se que a subsecretária de Administração **Aduaneira** trate do novo programa em evento sobre o comércio eletrônico, em São Paulo.

O avanço no projeto ocorre semanas após os desentendimentos no governo sobre a forma de ampliar a fiscalização sobre as plataformas.

Consumidores reagiram muito mal à ideia de Haddad e da direção da Receita de acabar com a isenção

remessas de até US\$ 50, e o presidente Lula, receoso do desgaste público, pôs fim à discussão.

Mas isso não impediu que a pressão de empresários brasileiros continuasse, sob a alegação de que há um "camelódromo digital" instalado no país, com sonogação de R\$ 20 bilhões a R\$ 40 bilhões ao ano. Cerca de 70% a 80% dos produtos importados de plataformas ao Brasil vem da China, e no mundo essa taxa é de 30%.

Pelas mudanças debatidas, o consumidor terá que pagar os **impostos** relacionados à importação de mercadorias no ato da compra na plataforma, por meio de um documento de arrecadação. Não se trata de criação de uma nova taxa, mas de antecipação no momento da cobrança para limitar a ação de compradores e vendedores que tentam burlar a fiscalização **aduaneira** manipulando informações das remessas.

Hoje o pagamento pelo consumidor ocorre só após a entrada das remessas internacionais no país, no site dos Correios (em boleto ou cartão de crédito), mas o problema central é que nem sempre a fiscalização dos Correios identifica a necessidade de pagamento do imposto.

E Correios e Receita ainda cruzam poucas informações sobre os envios por CPF.

Segundo dados de 2022, apenas 1,9% das 176,3 milhões de remessas internacionais que entraram no país pelos Correios tinham a declaração de remessa ao Fisco para o pagamento dos **impostos**. Portanto quase 98% passou pelas fronteiras sem declaração, podendo incluir sonogação e entrada de produtos falsificados. Entre operadores privados (Fedex, UBS) compras com declaração atingiram mais de 70% em 2022, isso porque esses transportadores arcam com o pagamento dessa remessa e cobram diretamente do comprador.

Pela lei em vigor, de 1999, a tarifa atual, e que continuará válida, é de 60% sobre valor da compra, frete e seguro na soma de até US\$ 3 mil, de empresas para pessoas físicas.

Ainda é preciso arcar com o ICMS do Estado (cobrando em remessas acima de US\$ 500) e com a

taxa aduaneira de R\$ 150.

"Quem quer fugir do pagamento, usa os Correios, mas com a mudança, fica muito difícil dar um nó no sistema. Ao determinar o pagamento no ato da transação comercial, entre vendedor e comprador, não tem mais como dizer que é uma operação entre pessoas físicas e, logo isenta de imposto", diz um diretor de uma varejista brasileira.

Segundo a legislação, a isenção cabe apenas se a pessoa física recebe algo de até U\$ 50 de outra pessoa física, sem qualquer transação comercial envolvida.

O que ocorre, até hoje, é que há lojistas nos marketplaces que adulteram dados enviados aos Correios, muitas vezes com conhecimento do comprador, relatando serem pessoas físicas e declaram valores abaixo US\$ 50. Com a proposta da emissão prévia da nota fiscal e do guia de pagamento, fica mais difícil fraudar a transação.

Pelo já discutido, os marketplaces estrangeiros terão que informar na página da oferta do produto o valor de cada imposto e da taxa postal. Eles que irão fazer os cálculos para o consumidor, identificando cada montante. A Amazon no Brasil já opera dessa forma.

Depois disso, ele recebe do comprador os pagamentos e faz o "split" da transação, ou seja, a separação: a parte do imposto será repassada ao transportador (Correios), que por sua vez repassa o valor à Receita. O site fica com a comissão sobre a venda, e o lojista, com o dinheiro da mercadoria. Já no país, o produto percorre alguns caminhos até ser entregue, a depender da adesão da plataforma ao sistema (veja no quadro acima).

Haverá um selo do programa "Remessa Conforme" para os marketplaces que aderirem ao modelo.

Nas últimas duas semanas, a subsecretaria aduaneira da Receita teve reuniões com plataformas asiáticas e com varejistas nacionais para apresentar as ideias e houve entendimento, de ambos os lados, de que o modelo é um avanço. Há divergências, no entanto, sobre a necessidade de fiscalização sobre quem aderir ao selo.

"O problema é que o Haddad não quer obrigar ninguém a nada.

Eles entendem que há uma pressão política contra qualquer mudança que torna difícil tornar algo obrigatório agora", diz uma fonte.

Outro ponto central é que a responsabilização das

companhias esbarraria no aspecto da personalidade jurídica no Brasil. "Algumas nem são empresas brasileiras. E não acho que caberia um "enforcement" mais duro agora", afirma outra pessoa a par das discussões.

A Receita ainda se encontrará com Haddad para alinhar o tema, apurou o Valor, mas caso o texto atual tenha aval do ministro, o formato deve ser anunciado entre esta semana e o começo de junho.

Na semana passada, alguns executivos do comércio on-line ouvidos levantaram hipótese de uma implementação do programa em etapas, e possível adiamento do pagamento antecipado, mas com a manutenção da troca de dados de forma integrada, entre Correios e Receita, outra ação prevista. "Há um receio no setor, mas não nos parece que há a disposição de adiar da Receita. Nas conversas, eles dizem que estão prontos. E os Correios falam que estão se adaptando", afirma um empresário.

Varejistas querem que isso saia do papel rápido, e plataformas estrangeiras, por sua vez, alegam que cohá uma pressão setorial forte porque as redes locais querem defender seus mercados da concorrência dos marketplaces asiáticos "mais eficientes, e com mais caixa para investir", como resumiu ontem um gerente-geral de uma plataforma.

"Entendemos que o jogo tem que ser igual, mas entendemos também que, mesmo com 60% de imposto, ainda seremos competitivos com estratégias que ainda vamos lançar", diz.

O programa pode ser um adendo ou um aditivo da instrução normativa da **Receita Federal 2124**, publicada no Diário Oficial em dezembro, diz uma pessoa a dar dos trâmites. Uma segunda hipótese é essa normativa ser reeditada com os termos do novo programa. De qualquer forma, o fato é que o "Remessa Conforme" surge ancorado na normativa, o que aumenta seu peso, já que a normativa tem data.

Essa instrução determina que os Correios terão que encaminhar à Receita, dois dias antes da chegada de toda remessa postal, um formulário com 37 dados do comprador (como CPF, valor da compra e descrição completa do conteúdo).

As plataformas asiáticas terão que passar os dados aos Correios e aos transportadores privados, que os enviarão à Receita. A mudança vai permitir à Receita identificar os CPFs que movimentam volumes elevados de compras.

Isso já começaria a funcionar daqui a pouco mais de um mês - e o "Remessa Conforme" viria já nesse

ambiente de mudanças.

Procurada para comentar o novo programa, a Receita informa que, quando as regras estiverem validadas internamente, fará a devida divulgação. O Ministério da Fazenda não se manifestou, assim como os Correios.

Nesta semana, há uma agenda em andamento sobre o tema. Está marcada para hoje uma audiência pública, solicitada pelo deputado federal Julio Lopes (PP-RJ) para debater a incidência de **impostos** no on-line e digitalização. Devem estar presentes representantes da Procomex (Aliança Pró Modernização Logística de Comércio Exterior), o IDV, principal instituto do varejo, e representante do Ministério da Fazenda. Procomex e IDV estiveram nesse debate do novo programa nas últimas semanas.

Além disso, amanhã e quinta feira, a Procomex realiza, em hotel em São Paulo, seminário sobre segurança e cadeia logística, com presença da chefia da subsecretaria de administração **aduaneira**, que coordena o "Remessa Conforme", e outras empresas envolvidas no programa, como a Sinerlog.

Ainda não estão claras, por parte das plataformas, as medidas para adequação do sistema de pagamento e envio de dados.

Procurada, a Shein diz que tem acompanhado de perto a discussão e acredita que o potencial de um país e setor é potencializado por meio de "soluções equânimes de justiça tributária". Afirma que "vê com bons olhos", mas entende que é "muito importante o diálogo setorial e com o governo" para uma solução "de fato, eficaz e que busque apoiar o consumidor".

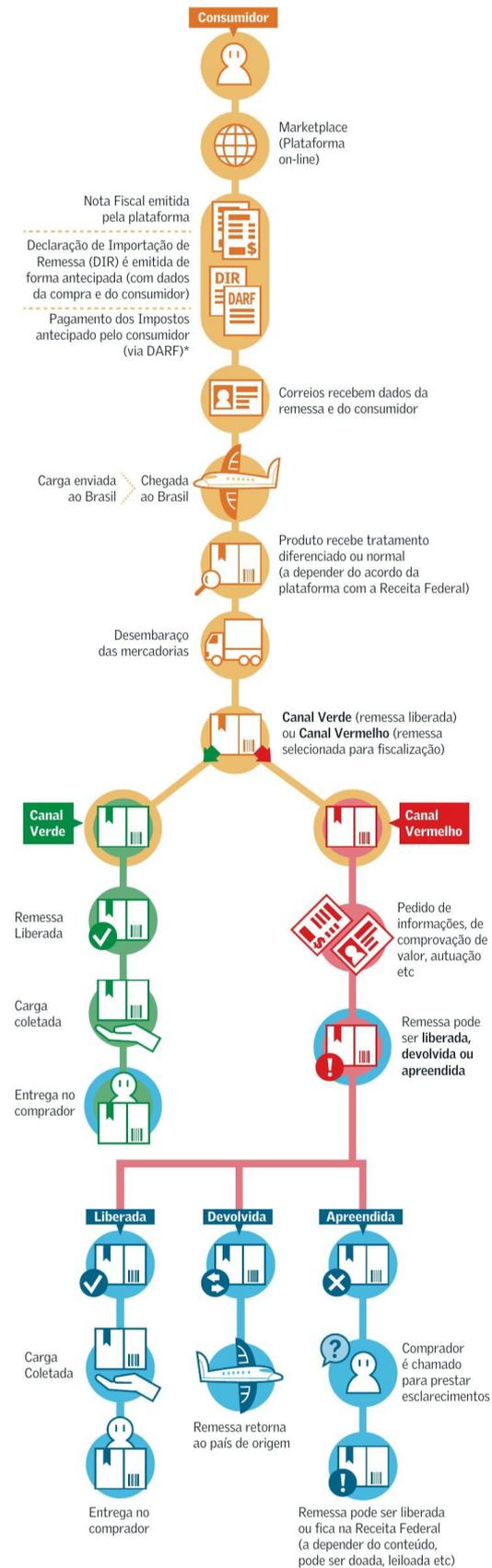
Na semana passada, o comando da Shein disse que a empresa pagaria eventuais **impostos** cobrados do consumidor - sem detalhar forma e percentual. As empresas podem arcar com o pagamento se desejarem (por meio de descontos, vouchers), mas há uma busca no setor no mundo por ações de defesa de rentabilidade e revisão de subsídios.

O AliExpress diz que se manterá disponível e colaborativo com o governo "a favor de quem mais importa, o consumidor". Diz que assim que o documento for recebido, será estudado e analisado para que possa ser implementado. A Shopee não comentou o tema

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230522/>

O caminho da compra

Proposta em discussão para compra do exterior via marketplace



Projeção piora, mas governo mantém desejo de déficit de 0,5% do PIB

Guilherme Pimenta e Estevão Tair De Brasília

O governo federal elevou sua projeção para o déficit primário deste ano, de R\$ 107,6 bilhões para R\$ 136,2 bilhões. Como proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), a estimativa passou de 1% para 1,3%.

Ainda assim, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, garantiu que o governo federal segue confiante na possibilidade de o déficit terminar 2023 em 0,5% do **PIB**.

Conforme publicado pelo Valor na semana passada, o governo federal vinha trabalhando com a hipótese de aumentar a estimativa de déficit para este ano, por causa dos impactos da operação padrão de servidores da **Receita Federal** sobre o cálculo de medidas implantadas do lado da arrecadação.

Entre elas, está a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que as empresas não poderão abater incentivos fiscais concedidos por meio do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

"[O impacto da decisão do STJ] é um montante relevante, a Receita está fazendo cálculos, mas a estimativa é de dezenas de bilhões [de arrecadação]", disse ontem Ceron. Além disso, ele também pontuou que outras medidas relevantes para a arrecadação, como a Medida Provisória do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, também não produziram, ainda, os efeitos desejados pelo governo - o Valor mostrou ontem que a MP vai caducar antes de o projeto de lei ser aprovado pelo Congresso.

De acordo com o secretário, apesar de algumas receitas frustradas em relação ao primeiro bimestre, "haverá melhora no quadro" da arrecadação. Isso justamente porque medidas como a decisão do STJ serão consideradas do lado das receitas do governo federal e outras medidas do lado da arrecadação.

Já a estimativa para as despesas primárias na comparação com o relatório anterior subiu, por causa de quatro fatores: complementação para o piso da enfermagem (impacto de R\$ 7,3 bilhões); benefícios

previdenciários (R\$ 6 bilhões); abono e seguro-desemprego (R\$ 3,9 bilhões); apoio financeiro a Estados e municípios ligado à Lei Paulo Gustavo (R\$ 3,9 bilhões).

O secretário do Tesouro Nacional afirmou que, "se necessário, outras medidas serão anunciadas" para que o governo federal alcance o "cenário gerencial" de déficit primário abaixo 1% do **PIB** em 2023.

Mas destacou que, além da expectativa de melhora nas projeções para a arrecadação, "existe um nível de empoçamento orçamentário substancial, que não é captado por esses relatórios". Os recursos empoçados são aqueles que ficam parados nos ministérios por questões operacionais e que, por não serem gastos, ajudam a melhorar o resultado primário.

Nos cálculos de Ceron, caso a decisão do STJ eleve a arrecadação em um patamar "acima de R\$ 50 bilhões" e o empoçamento de recursos fique na casa dos R\$ 30 bilhões, seria possível alcançar déficit primário de 0,5% do **PIB** neste ano.

Em coletiva de imprensa, o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, foi questionado sobre se uma eventual aprovação do arcabouço fiscal retiraria a necessidade do bloqueio orçamentário de R\$ 1,7 bilhão, mas afirmou que não - caso a nova regra fiscal seja aprovada, esse efeito só valerá para 2024. O detalhamento do bloqueio será discriminado no dia 30, explicou o secretário, quando da publicação do decreto de programação orçamentária.

Apesar do bloqueio anunciado ontem, Bijos destacou que, tecnicamente, a medida é diferente de um contingenciamento, quando o governo, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é obrigado a segurar recursos para fins do cumprimento da meta de resultado primário - o bloqueio serve para não ultrapassar os limites do teto de gastos. A meta ajustada, explicou o secretário, está fixada em um déficit de R\$ 238 bilhões.

Bijos também negou que houve "otimismo" no primeiro bimestre em relação às projeções de receita. Na mesma linha do secretário do Tesouro, falou que somente as medidas tomadas para elevar a arrecadação "não foram captadas agora".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187552>

Projeções

Estimativas oficiais para 2023

Resultado primário (R\$ bi)	-136,2
PIB (%)	1,91
IPCA (%)	5,58
INPC (%)	5,34
Selic (média do ano - %)	13,24
Câmbio (média do ano - R\$)	5,11
Petróleo (preço médio do barril - US\$)	77,64

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

Governo bloqueia R\$ 1,7 bi do Orçamento



Decreto de programação orçamentária será divulgado no dia 30 com o detalhamento do contingenciamento e dos órgãos atingidos

*Correio Braziliense

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) anunciou ontem a necessidade de bloqueio de R\$ 1,7 bilhão em despesas discricionárias do Orçamento federal para cumprir a regra do teto de gastos. A decisão foi tomada após uma revisão no volume de despesas, cuja projeção aumentou em R\$ 24,2 bilhões.

Os dados constam no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento e é publicado a cada dois meses pela equipe econômica.

"O detalhamento do bloqueio de R\$ 1,7 bilhão será discriminado no dia 30 de maio, quando for publicado o decreto de programação (orçamentária)", informou o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, segundo a Agência Brasil.

Os últimos meses registraram uma elevação nas despesas, puxadas principalmente pelos impactos do novo valor do salário mínimo, que passou para R\$ 1.320 desde 1º de maio, incidindo sobre benefícios previdenciários, seguro desemprego, abono, entre outros. A pasta também citou R\$ 3,9 bilhões de repasses para estados e municípios a partir da sanção da Lei Paulo Gustavo, que destinou recursos para o setor cultural, além da complementação do piso nacional da enfermagem.

Esses bloqueios poderão ser revertidos mais adiantes com mudanças nas estimativas de receitas e despesas.

Os números reverteram a folga de R\$ 13,6 bilhões no

teto de gastos que havia sido apresentada no relatório bimestral anterior.

A regra do teto deverá ser substituída por uma nova regra fiscal, que vai à votação esta semana na Câmara dos Deputados.

O teto seria estourado neste ano, mas a PEC da Transição, promulgada no fim do ano passado, retirou do limite de gastos R\$ 145 bilhões do Bolsa Família e R\$ 23 bilhões em investimentos, caso haja excesso de arrecadação.

O governo também elevou a estimativa de déficit primário de R\$ 107,6 bilhões para R\$ 136,2 bilhões, equivalente a 1,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e serviços produzidos no país). A meta fiscal para 2023 continua sendo de déficit primário de R\$ 238 bilhões (2,2% do **PIB**).

Do lado das receitas, o relatório revisou para baixo a estimativa de itens como exploração de recursos naturais (menos R\$ 5,6 bilhões) e arrecadação da Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), com projeção de menos R\$ 4,1 bilhões. Também houve revisão da projeção de arrecadação líquida para o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), com redução de R\$ 4,1 bilhões, e outros R\$ 3,8 bilhões a menos nas projeções de arrecadação com o Imposto de Importação.

Por outro lado, houve aumento de R\$ 5 bilhões na previsão de receitas com lucros e dividendos e R\$ 3,1 bilhões de arrecadação com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em relação à Lei Orçamentária de 2023, o aumento previsto de receitas é de R\$ 105,6 bilhões, segundo o governo.

PIB e inflação

O Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre aumentou a estimativa de crescimento do **PIB**, em relação ao bimestre anterior, de 1,61% para 1,91%, conforme havia antecipado o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Em relação aos indicadores de **inflação**, o relatório aponta que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será de 5,58%, um aumento de 0,27 ponto percentual em relação ao relatório anterior. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi estimado em 5,34%, uma

elevação de 0,18 ponto percentual em relação à
previsão anterior.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/23/all.pdf>

O problema do governo é o "day after" da votação da regra fiscal na Câmara - ANDREA JUBÉ

As apostas responsáveis voltam-se para a aprovação do relatório do deputado Cláudio Cajado (PP-BA) sobre a nova regra fiscal na sessão plenária desta quarta-feira na Câmara.

Proposta em que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), empenhou seu capital político para caminhar com o governo na matéria. "O novo regime fiscal é prioridade para o desenvolvimento econômico e social do país", escreveu Lira em seu perfil no Twitter no dia 15.

Dois dias depois, o plenário da Casa aprovou o regime de urgência para o projeto. O placar foi expressivo: 367 votos a favor, 102 contrários e uma abstenção, e com adesões relevantes da oposição. O PL do presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, que orientou contra a matéria, entregou 29 votos.

Desse total, o governo acredita que terá 25 ou 26 votos "permanentes" da dissidência do PL em outros projetos.

Voltando ao arcabouço, o mesmo placar da urgência, entretanto, dificilmente se repetirá na votação do mérito da proposta. Até porque circulava na noite desta segunda-feira entre os líderes da Câmara que o deputado Cláudio Cajado cogitava endurecer alguns gatilhos previstos no texto.

Na semana passada, o presidente nacional do Progressistas (PP) e líder da minoria, senador Ciro Nogueira (PI), adiantou em entrevista ao Valor que alertaria Arthur Lira e Cajado, que é seu correligionário, que o relatório tinha muitas "pontas soltas", e daria "sinalização ruim" ao mercado.

Nessa conjuntura, a previsão realista é de que a proposta da nova regra fiscal das contas públicas seja aprovada na madrugada de quarta para quinta-feira na Câmara, mas com turbulência.

Se não vai repetir o placar da análise da urgência, o resultado mostrou que o governo tem gordura para queimar, já que bastam 257 votos para aprovar o projeto de lei complementar. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou que gostaria que fossem

alcançados mais de 308 votos a favor da matéria - dessa forma, o governo mediria a temperatura da base para aprovação de emendas constitucionais (PECs), como, por exemplo, a reforma tributária.

Mesmo que seja com sobressaltos, a nova regra fiscal será aprovada. Até porque, nas palavras de um ministro, o presidente Arthur Lira precisa de um legado. E a relevância dessa proposta a equipara à reforma da previdência social na biografia do ex-presidente Rodrigo Maia.

No dia 10 de julho de 2019, a matéria foi aprovada no plenário da Casa com 379 votos favoráveis e 131 contrários, e levou o parlamentar às lágrimas.

Portanto, o problema do governo na Câmara não é a votação do arcabouço fiscal, e, sim, o "day after" da proposta.

Parlamentares do grupo mais restrito de Arthur Lira vêm repetindo a interlocutores que o presidente da Casa só tem compromisso com o governo em relação ao novo marco fiscal e à reforma tributária. Para além disso, será cada um por si.

Diante disso, o observador atento da cena política já se deu conta de que o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), até hoje não apresentou o relatório da medida provisória de reestruturação administrativa do governo, que vai caducar se não for votada nas duas Casas até 1º de junho.

Os bastidores da reunião da articulação política do governo com a cúpula do MDB e o líder da bancada na Câmara na semana passada sugerem que Isnaldo não estava com cara de bons amigos no encontro.

Embora o partido controle três ministérios na Esplanada, Isnaldo é o para-raios das reclamações dos deputados da legenda, quase todos descontentes em relação ao pagamento de emendas e indicação de aliados para cargos nas bases eleitorais.

Nesse cenário, corre nos corredores da Câmara que deputados preparam um pacote de maldades para o governo que seria incluído no relatório de Isnaldo. O

texto traria revezes, por exemplo, como o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) ser remanejado da Casa Civil para o Ministério do Planejamento; a Agência Nacional de Águas (ANA) sair do Meio Ambiente e passar ao Desenvolvimento Regional; os contratos de publicidade saírem da Secretaria de Comunicação (Secom) e passarem ao Ministério das Comunicações.

Embora o governo tenha aberto os cofres para autorizar o empenho de R\$ 1,8 bilhão do Orçamento para pagar emendas parlamentares (sendo R\$ 1,7 bilhão somente em maio), esses recursos ainda levarão alguns meses para chegar na ponta.

Além disso, assim como esta coluna alertou na semana passada, os parlamentares também se ressentem da falta de "cuidado" do governo com a base aliada no Congresso. Na quinta-feira, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, cumpriu agenda em Fortaleza, e em cidades do interior, ao lado do governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT). Visitou hospitais, obras da área de saúde, e anunciou centenas de milhões de recursos federais para a área de saúde. Não convidou para a agenda os deputados e senadores cearenses da base governista, em franco atropelo ao que recomenda a boa política.

O governo pode contar com o novo marco fiscal, e talvez, com a **reforma tributária**. Mas a reestruturação do governo está na corda bamba. Será preciso equilíbrio, disposição e uma base aliada expressiva, que ainda não existe, para segurar a rede de proteção lá embaixo para ninguém se estrebuchar.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187552>

Justiça libera R\$ 1,3 bilhão de atrasados a mais de 83,7 mil beneficiários do INSS

Economia

**/
Do R7**

O Conselho da Justiça Federal liberou R\$ 1,3 bilhão para os Tribunais Regionais Federais pagarem 83.761 beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). O montante é correspondente a RPVs (Requisições de Pequeno Valor) atuadas em 64.634 processos encerrados no mês de abril, que vão beneficiar revisões de aposentadorias, auxílios-doença e pensões.

As Requisições de Pequeno Valor correspondem a valores atrasados de até 60 salários mínimos (R\$ 78.120,00), pagos em ações propostas no Juizado Especial Federal. Agora, cabe aos TRFs (Tribunais Regionais Federais), segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos financeiros liberados aos beneficiários.

Ao todo, foram liberados em RPVs R\$ 1,6 bilhão, que favorecem 113.598 processos e 141.372 beneficiários. Desse valor, R\$ 1,3 bilhão é para o **INSS** pagar os segurados que entraram na Justiça.

Com relação ao dia em que as contas estarão efetivamente disponíveis para saque, a informação deve ser buscada na consulta de RPVs no portal do Tribunal Regional Federal correspondente. Também é possível consultar o advogado responsável pela ação para conhecer a data em que a ordem de pagamento foi emitida pela Justiça.

Compartilhe no WhatsApp

Compartilhe no Telegram

Evelyn dos Santos Almeida, especialista em direito previdenciário do Ferrareze e Freitas Advogados, explica que as RPVs devem ser pagas pelo **INSS** no prazo de 60 dias após o protocolo da requisição.

Para aqueles que desejam solicitar uma revisão, Evelyn orienta a busca por um profissional qualificado. "Os segurados do **INSS** que desejam realizar revisões, auxílio-doença ou pensões devem buscar um

advogado especialista na área previdenciária, que fará o cálculo do benefício e vai identificar se houve erro", afirma ela

Em caso de precatórios (pagamentos acima de 60 salários mínimos), a especialista informa que os beneficiários, caso inscritos até 30 de junho, terão como calendário de pagamento todo o próximo ano. Já para os inscritos após 1º de julho, o calendário de pagamento será somente em 2025.

TRF da 1ª Região (DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

Geral: R\$ 629.508.015,49

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 552.201.535,54 (27.492 processos, com 32.134 beneficiários)

TRF da 2ª Região (RJ e ES)

Geral: R\$ 126.800.410,97

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 99.781.058,19 (4.761 processos, com 6.418 beneficiários)

TRF da 3ª Região (SP e MS)

Geral: R\$ 251.964.783,29

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 206.008.349,32 (7.041 processos, com 8.892 beneficiários)

TRF da 4ª Região (RS, PR e SC)

Geral: R\$ 333.030.026,89

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 288.724.394,54 (14.444 processos, com 19.045 beneficiários)

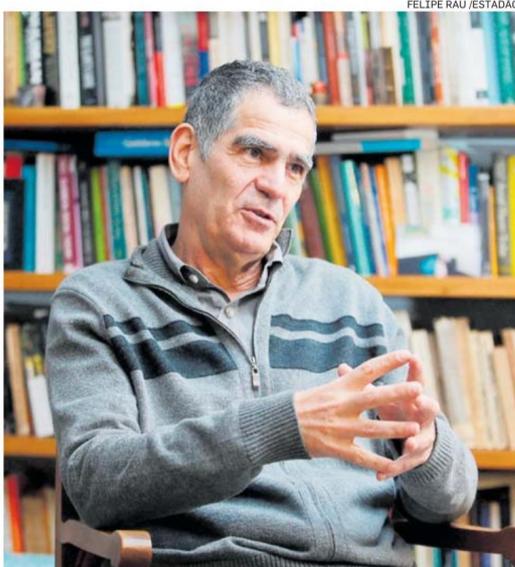
TRF da 5ª Região (PE, CE, AL, SE, RN e PB)

Geral: R\$ 255.146.668,96

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 197.478.427,83 (10.896 processos, com 17.272 beneficiários)

Site: <http://noticias.r7.com/economia/justica-libera-r-13-bilhao-de-atrasados-a-mais-de-837-mil-beneficiarios-do-inss-23052023>

Plano de Moro e de Deltan é "profundamente antiliberal"



FELIPE RAU/ESTADÃO

'Poder e soberania têm de estar nas mãos dos eleitos', diz Limongi

MARCELO GODOY

ENTREVISTA: Fernando Limongi, Cientista político, é professor da USP e da FGV. Autor do livro "Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato"

O impeachment é um processo excepcional, cujas consequências são incomensuráveis. A afirmação do cientista político Fernando Limongi está logo na introdução de seu livro Operação Impeachment, Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato (editora Todavia, 304 págs., R\$ 84,90). Investigar o papel dos principais atores da crise que tirou o PT do poder e pavimentou o caminho para a ascensão de Jair Bolsonaro (PL) revela ao mesmo tempo os diversos projetos de políticos e de grupos sem os quais o processo que convulsionou o Brasil seria ininteligível.

Professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Limongi diz que esquerda e direita queriam capturar a Lava Jato, que, por sua vez, tinha seu próprio projeto de poder. Leia a seguir trechos da entrevista.

Por que as disputas em torno do combate à corrupção são importantes para entender a queda de Dilma?

Essas disputas ganharam relevância enorme no Brasil e no mundo. Quem cria a Transparência Internacional é um ex-funcionário do Banco Mundial responsável

pelas reformas liberalizantes na Europa do Leste.

O projeto fez água e eles precisaram de uma explicação: os agentes não se comportavam como deveriam. No Brasil, vários elementos fazem a corrupção se tornar um tema candente.

No final do governo de Fernando Henrique, uma série de denúncias coloca essa preocupação no centro do debate. É quando o PT se apresenta como alternativa moderna, limpa, que não recorreria a essas práticas. Isso explica em parte a vitória de Lula em 2002. O evento seguinte é o mensalão, quando os pés de barro do PT aparecem. Por um momento o PT acreditava que poderia arrecadar fundos com os militantes.

A ficha caiu e ele percebeu que o modelo era inviável. Começou a arrecadar fundos da forma como sempre se arrecadava, no Brasil e no mundo.

Mas como essas disputas em torno da pauta do combate à corrupção levaram à queda de Dilma?

A decisão crucial da Dilma foi de limpar a Petrobras. A tradição era que a empresa fosse fonte de recursos para o sistema político. Ela resolve tornar a empresa eficiente, a base da industrialização nacional a partir do pré-sal. Demite Paulo Roberto Costa, Jorge Zelada e Renato Duque, as três principais diretorias da Petrobras, cada uma com um partido. Esses três serão as três forças que vão alimentar a Lava Jato, que se ocupa, no começo, do primeiro e do segundo governo Lula. A força-tarefa estava investigando o passado, mas sempre escrevia no presente, fazendo um truque retórico genial.

A intervenção da Dilma gera um conflito interno na coalizão governante. Quem perdeu recursos na Petrobras reagirá.

O historiador Christopher Clark usa a imagem dos "sonâmbulos" para descrever como a elite na Europa caminhou em direção ao abismo em 1914. Pode-se dizer que Dilma, Eduardo Cunha, Aécio Neves e outros se comportaram da mesma forma, rumaram para a catástrofe sem se darem conta?

A ideia é essa. Achavam que conseguiriam controlar a Lava Jato. Dilma estimula as investigações para se vingar dos seus adversários, que reagiram à limpeza

na Petrobras. Ela estava enfrentando o Eduardo Cunha e a Construindo um Novo Brasil (CNB, corrente interna do PT). O Aécio está pensando na eleição de 2018. Os movimentos de apoio de última hora à candidatura dele em 2014 e a militância que saiu à rua dão a perspectiva de usar os manifestantes como arma para vencer o combate interno com Geraldo Alckmin.

Aí entra um personagem fundamental, a Lava Jato.

Em dezembro de 2015, o Rodrigo Janot monta a prisão do (senador) Delcídio (Amaral), que é o catalisador que desestrutura o sistema político pela primeira vez. A segunda vez será em fevereiro, quando a Lava Jato faz a Operação Acarajé e desestrutura o que seria o acordão entre os políticos.

A Lava Jato não trazia dentro de si a antipolítica, uma corrente que se reclama como antissistema? Ela se entrelaçou com a antipolítica à esquerda e à direita?

O MPF e o Poder Judiciário têm uma concepção própria do mundo político, que vê muito negativamente o processo eleitoral.

Temos duas autoridades competindo pelo poder. Uma chega ao cargo por concurso, que são promotores e juízes, e outra que chega por meio (do processo) eleitoral, que são os legisladores e os chefes de Executivo.

O artigo original do Sérgio Moro, em que ele afirma a concepção do que seria a Lava Jato a partir da Operação Mãos Limpas, é uma visão que coloca o MP e a Justiça Federal como grandes censores do sistema político, uma agência da moralidade e do respeito à coisa pública.

Censores dentro de uma tradição romana?

Uma tradição bem antiga, que tem a ver com o renascimento do republicanismo clássico no debate político contemporâneo: essa ideia de que a moralidade é central. E que a moralidade dos agentes públicos tem de ser vigiada e controlada por alguém que tem o poder para puni-los. Esse alguém não é o eleitor, porque ele é incapaz.

Essa visão tem um menosprezo, uma deslegitimação de todo o sistema político-eleitoral.

É a visão dos funcionários públicos que chegam a cargos de poder por meio de concurso.

Há uma competição entre o Judiciário e o Ministério Público e os eleitos. O projeto do MPF é assumir essa posição de grande censor. Está consubstanciado nas

dez medidas contra a corrupção. Esse é o projeto que vai dar o apoio à Lava Jato.

Existiria um partido da Lava Jato?

Não. Tem um caldo de cultura que pode enveredar por várias correntes. Moro e Deltan Dallagnol não eram desde sempre bolsonaristas. Jair Bolsonaro é a chance de fazer o projeto deles, por isso Moro aceita ser ministro.

Mas pensar que isso é só oportunismo é minimizar.

Há uma filosofia, que é a visão tecnocrática de que político é tudo lixo e, sobretudo, uma ideia de que uma boa Justiça é punição rápida, imediata e eficaz.

Todos os anteparos que o liberalismo criou para evitar injustiças caem por terra. É um projeto profundamente antiliberal o de Moro e o de Dallagnol.

O que me chama a atenção é como a gente pôde simpatizar com ele, o quanto eles conseguiram construir um projeto totalmente antiliberal e arbitrário e revesti-lo como algo positivo. O poder e a soberania têm de estar nas mãos dos políticos eleitos. A classe política não é a escória da sociedade. O que há de pior também está no Judiciário, no Ministério Público, em todo lugar. Ninguém tem o monopólio do saber ou pode reivindicar o papel de empurrar a história. Não cabe a ninguém fazer isso. Se couber a alguém, cabe aos políticos eleitos. Quem é eleito não é a escória. Você pode não gostar, mas o mandato dele é melhor do que qualquer outro, pois ele é renovável. Você pode demiti-lo. Perdeu, ponha a viola no saco e aguenta. É o que temos para hoje e o que funciona melhor.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Rivais ideológicos, PL e PSOL têm em comum a maior rejeição à regra

GABRIEL DE SOUSA, GRACE PERPETUO, PRISCILLA OLIVEIRA e WARLEY JÚNIOR

O Placar do Arcabouço Fiscal, levantamento do Estadão, mostra que dois partidos, apesar de seu antagonismo ideológico, têm em comum a maior rejeição ao projeto. A maior parte dos deputados contrários é das bancadas do PL (de oposição) e do PSOL (da base do governo). Já entre os favoráveis está em peso a bancada do PT, além de deputados do MDB, do PSD, do PCdoB, do PP, do PV, do Podemos, do Solidariedade e da União Brasil.

Como mostrou o Estadão, aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso trabalham para usar a votação da nova regra de controle das contas públicas como uma amostra de que o governo é capaz de aprovar a **reforma tributária** ainda neste ano e, assim, reverter a imagem de base fraca deixada pela derrota com os decretos do saneamento.

MEXIDAS NO TEXTO.

O relatório de Cláudio Cajado (PP-BA) endureceu o texto elaborado pelo Ministério da Fazenda ao incluir sanções caso o governo descumpra a meta fiscal estipulada, tornando obrigatório que o gestor acione os mecanismos de contenção de despesas para corrigir a rota, como a proibição de reajuste acima da **inflação** e a abertura de concursos públicos.

O relator também tirou da lista de exceções ao limite de controle de gastos medidas como o piso da enfermagem e a capitalização de estatais não financeiras.

Por outro lado, foram incluídos dispositivos que permitem ao governo gastar mais na largada da nova regra, em 2024 e 2025, como mostrou o Estadão.

Cajado afirmou que qualquer mudança no texto só será acatada mediante "amplo acordo" das lideranças partidárias.

"Chegar a esse texto não foi fácil. Então vou dividir isso com o colégio de líderes, com o governo e com o próprio Arthur Lira (PP-AL)", afirmou em entrevista ao Estadão. Por enquanto, PSOL, Novo, PL e União Brasil já protocolaram pedidos de alteração no relatório de Cajado, apresentado na segunda-feira da

semana passada, e com a expectativa de ser votado em plenário entre hoje e amanhã.

"MAIS APERTO".

Sem citar valores, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que o relatório contém alterações que tornam a regra mais apertada a médio e longo prazos. Uma das razões é a inclusão no limite do novo teto de gastos das despesas para o Fundeb, fundo para a educação básica. "A valor presente, o espaço é negativo", disse Ceron, que não quis mostrar, porém, de quanto seria a diminuição do espaço fiscal. Ele citou um prazo entre 2026 e 2027.

A fala do secretário foi feita quando ele criticava projeções de economistas do mercado de que mexidas do relator abriram um espaço maior de R\$ 80 bilhões para despesas nos primeiros anos de funcionamento da nova regra fiscal para as contas públicas.

Desafio

Aliados de Lula querem usar a votação como demonstração de força para a **reforma tributária**

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Rivais ideológicos, PL e PSOL têm em comum a maior rejeição à regra

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária: 'economia vai ficar mais eficiente' com unificação de impostos, diz economista da FGV

Por Cássia Almeida - Rio

O economista Pedro Cavalcanti Ferreira, também diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento, fez as contas e calculou que a **reforma tributária**, nos termos que está sendo discutida na Câmara dos Deputados, vai ser lucrativa para a grande maioria dos setores. Apenas dois podem ter um desempenho pior se as alíquotas forem unificadas como pretende o governo.

A proposta é de unificação de três **impostos** federais (IPI, PIS e Cofins) e dois estaduais (ICMS e ISS). O economista incluiu na conta os ganhos que os setores mais tributados hoje terão com a reforma, o que será repassado para a cadeia produtiva, com a extensão dos benefícios para a totalidade da economia, "que ficará mais eficiente".

Educação e saúde privadas são os que terão aumento de imposto e queda no lucro. Nesses setores, o governo tem defendido a devolução do imposto ao contribuinte.

Seu estudo constatou que só dois setores (saúde e educação) terão queda no lucro, mas há queixa generalizada do setor de serviços e do agronegócio.

Os **impostos** da maioria dos insumos vão diminuir. Em 66 grandes setores que estudamos, somente em 20 há aumento de **impostos**. O que acontece é que, quando você unifica os **impostos**, tem uma alocação melhor de recursos porque você não está favorecendo um setor potencialmente ruim e talvez não tão eficiente e não está prejudicando um que seria muito bom. Isso melhora a produtividade da economia como um todo e também vai melhorar o setor de serviços.

Fizemos um estudo de equilíbrio geral, olhando como todos os setores afetam todos os setores. O imposto direto vai aumentar, mas os **impostos** da maioria dos meus insumos vai diminuir. Grande parte dos meus custos vai diminuir. Minha tarifa vai aumentar em 40%, 30%: "meu Deus, é uma catástrofe", dizem, mas os meus custos todos estão caindo. O efeito líquido é a diminuição dos custos. A economia vai ficar mais eficiente com a reforma.

Os representantes do setor de serviços alegam que não têm uma cadeia de insumos longa para poder compensar essa alta no imposto.

Têm dois setores fundamentais, educação e saúde, que, de fato, são os únicos que têm queda no lucro. Todos os outros não vão ter perda de lucro independentemente de a cadeia ser muito longa ou não. No nosso estudo, levamos em conta a cadeia produtiva de todos os setores. Então, os únicos dois que podem reclamar hoje seriam saúde e educação, os outros vão sair ganhando.

Haverá menos tributação em outros serviços importantes, como telecomunicação que todo mundo usa, automóveis, serviços bancários. Isso tudo vai ter imposto. Se eu fosse o lobista no setor de serviços estaria falando exatamente isso porque, na dúvida, vou lá confiar nos estudos do Pedro Cavalcanti. O que a gente está mostrando é que todo mundo vai ganhar porque a economia vai ficar mais eficiente, a estrutura tributária será mais simples e meus custos vão diminuir.

Qual o impacto da **reforma tributária** para o Produto Interno Bruto (**PIB**)?

Vai ser algo em torno de 8%. Isso não é um crescimento irrelevante. As reformas tributárias em geral acham coisas menores. O crescimento é mais do que a média de muitos anos do Brasil, que está estagnado. E o nosso modelo não capta todo o efeito.

A reforma pode incentivar muito mais investimento do que o nosso modelo está captando. Nosso número é de 8%, a partir do momento em que ela estiver plenamente implementada. É mais que o crescimento dos últimos governos. Nos últimos 40 anos, não crescemos nem 2%. É um crescimento significativo.

Estamos discutindo a **reforma tributária** no momento em que o mundo passa por uma disrupção tecnológica. Acha que a reforma é adequada para esse mundo novo?

Acho que o mundo novo tem que ter linhas de crédito

para investir, não é via tributo que tem que ser mais uniforme e menos cumulativo (quando um imposto incide em todas as etapas de produção) possível. É como na política social. Ao fazer política social com tributação, vemos a cesta básica daqui que tem isenção e inclui salmão. Faz um imposto igual para todo mundo e dá uma Bolsa Família para as pessoas que precisam.

Mas como faz com empresas globais que atuam em serviços completamente diversos. Esse modelo proposto se encaixa?

Encaixa. O medo é cobrar **impostos** muito altos e destruir ou afastar negócios para outros países. Essa sintonia fina será bem feita.

Tem esperança que a **reforma tributária** seja aprovada dessa vez, depois de décadas de discussão no Congresso?

Sim. É a primeira vez que a gente tem um modelo e já houve muita discussão, está madura. Acho que os estados foram convencidos que não vão perder arrecadação, com uma regra de transição cuidadosa. E tem muita vontade política no governo para fazer isso. O Haddad (Fernando Haddad, ministro da Fazenda) está botando todas as fichas nisso. E o Lula vai botar também.

Eu acho pouco provável que se consiga aprovar a proposta do governo tal como começou a ser discutida uns anos atrás, mas vai ser próxima da que está lá (no Congresso). Você não pode continuar com essa situação de a empresa pagar zero de imposto no Piauí e 25% no Ceará e a empresa ficar mudando de lá para cá.

Tem regime especial para todo mundo e uma legislação para cada coisa. É um tipo de distorção que não gera nenhuma riqueza. Outro dia eu li que há uma discussão na Justiça se Croc é sandália ou sapato. Os advogados talvez gostem, mas para a nação como um todo não gera riqueza nenhuma.

A reforma sobre o consumo é a mais adequada a se fazer nesse momento, já que a injustiça tributária é maior sobre a renda?

A alíquota de Imposto de Renda mais alta no Brasil de 27,5% é menor que a de vários países avançados. O IPTU também é baixo comparado com outros lugares do mundo. Agora, isso não exclui fazer essa que está sendo feita, que está mais madura que as outras. Se for parar agora e falar que vai aumentar a alíquota de 27,5% para 32% por exemplo, vai todo mundo começar a gritar e não vai acontecer nenhuma das duas. A reforma do consumo está mais madura e vai

na direção correta.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/reforma-tributaria-economia-vai-ficar-mais-eficiente-com-unificacao-de-impostos-diz-economista-da-fgv.ghtml>

Arcabouço: Relator dribla pressão por mudanças às vésperas de votação

Do UOL, em Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o relator do projeto do arcabouço fiscal, Cláudio Cajado (PP-BA), vão tentar um acordo hoje (23) com líderes da Câmara para votar o texto com as novas regras fiscais sem alterações substanciais.

Lira vai bater o martelo quanto à data de votação do arcabouço, após o encontro com as lideranças. Ele decidirá se será hoje ou amanhã (24).

Cajado tenta resistir à pressão das bancadas e entregar um relatório que tenha a adesão da maioria dos partidos, mas sem mexer na atual proposta.

O relator passou os últimos dias visitando as bancadas, ouvindo sugestões de propostas para alterar o relatório. Mas, tanto para o governo Lula (PT) quanto para Lira, a ideia é que o parecer seja votado sem mudanças substanciais.

Foram apresentadas 40 emendas ao projeto. Mas duas são consideradas mais arriscadas. A primeira é defendida por parlamentares de esquerda, inclusive petistas, que pede que o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e o piso da enfermagem não sigam as regras de limite de gastos.

A segunda é defendida pelo centrão e propõe que a diminuição do limite de crescimento real da dívida pública passe de 2,5% para 2%.

Para acelerar a tramitação da proposta na Câmara, o projeto recebeu votos de partidos de esquerda, do centrão e também da oposição. O Palácio do Planalto estará de olho em como cada deputado votou, porque precisa descobrir quem é fiel ao governo para integrar a base aliada nas próximas votações.

Como o UOL mostrou, o presidente da Câmara quer um placar ainda melhor na votação do conteúdo do projeto do que foi na urgência da medida, quando recebeu 367 votos favoráveis a 102 contrários.

A união entre Lira e Haddad nesta proposta serve também para dar um recado ao Palácio do Planalto de que a dupla tem força para aprovar medidas econômicas futuras, como a **reforma tributária**.

Ontem mesmo, o ministro da Fazenda visitou Lira para agradecê-lo pela aprovação da urgência do arcabouço e alinhar a votação do conteúdo da proposta. Ele classificou a visita como de cortesia .

Cajado também se reuniu com o ministro e os técnicos da Fazenda na noite de ontem. O relator foi orientado a alinhar todas as mudanças com o governo federal.

Para conquistar votos do centrão, Cajado já precisou fazer alterações no texto, como incluir sanções escalonadas em dois anos em caso de descumprimento da meta.

No primeiro ano, o governo também fica proibido de criar cargos que impliquem aumento de despesas; alterar estrutura de carreiras; criar auxílios; criar despesas obrigatórias e conceder benefício tributário.

No segundo ano de descumprimento, também ficam proibidos reajustes de despesas com servidores, contratação de pessoal e realização de concurso público , exceto para reposições de cargos vagos.

Para agradar o governo Lula, no entanto, Cajado blindou o salário mínimo e o tirou das novas regras. O Bolsa Família, por sua vez, não poderá ter aumento real (acima da **inflação**) em caso de descumprimento das metas.

Trata-se de uma série de regras fiscais para o gasto federal. A proposta é considerada vital para o crescimento da economia por encorajar empresários a investir e levar à queda da taxa de juros.

O arcabouço trabalharia em conjunto com a **reforma tributária** de acordo com a receita do governo Lula para o **PIB** aumentar.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/23/camara-votacao-arcabouco-fiscal-governo-mudancas.htm>

EUA: fracassa acordo para evitar calote em investidores



Divergência.
O presidente da Câmara dos EUA, Kevin McCarthy, fala com a imprensa após encontro com Biden na Casa Branca

**EMANUELLE BORDALLO emanuelle.
quintanilha@oglobo.com.br**

O presidente americano, Joe Biden, e o presidente da Câmara dos Deputados, o republicano Kevin McCarthy, retomaram ontem as negociações sobre o aumento do teto da dívida dos Estados Unidos. Ambos tentam, sem sucesso, chegar a um acordo para evitar um possível colapso econômico, que começaria com um inédito calote nos investidores de títulos públicos nos EUA. Apesar da expectativa em torno da conversa, que acontece a uma semana do fim do prazo do Tesouro para resolver o imbróglio, as partes não chegaram a um consenso.

Durante o encontro, Biden, que acabou de retornar da cúpula do G7 no Japão, enfatizou as consequências do calote para a economia dos EUA e do mundo.

-A população americana levaria um golpe no seu bem-estar econômico. Na verdade, o resto do mundo também levaria -afirmou, embora tenha concordado que cortes nos gastos são necessários.

Já McCarthy disse que os dois lados ainda têm divergências e enfatizou que é contra a proposta do democrata de aumentar os **impostos** para reduzir o déficit orçamentário. Por outro lado, ele afirmou que ambos sabem que é preciso reduzir a dívida.

US\$ 31 TRI DE ENDIVIDAMENTO

A secretária do Tesouro, Janet Yellen, alertou ontem que o país pode ficar sem ter como pagar suas despesas a partir de 1º de junho. O país atingiu o limite de endividamento, de US\$ 31 trilhões (R\$ 153 trilhões), em janeiro.

Desde então, o Tesouro - que pega dinheiro emprestado com os investidores em títulos públicos para arcar com os gastos do governo - tem feito manobras extraordinárias para não furar o teto.

No entanto, democratas e republicanos até agora não chegaram a um consenso.

De um lado, os republicanos criticam o excesso de gastos sociais e ameaçam não aprovar o aumento no teto da dívida caso Biden se negue a cortar despesas.

Do outro, o democrata corre contra o tempo para garantir que os EUA continuem sendo vistos como bons credores na economia global -e não fiquem sem dinheiro para gastar perto da sua campanha à reeleição em 2024.

A ameaça de um default, como a prática é conhecida, já tem abalado o mercado de Treasuries, como são chamados os títulos do governo americano, responsável por movimentar US\$ 24 trilhões (R\$ 118 trilhões). O valor dos seguros para os títulos americanos subiu em relação aos papéis de países de maior risco, como o Brasil, que têm classificações de crédito abaixo da nota AAA dos EUA.

Mesmo uma inadimplência técnica, ou seja, um atraso no pagamento dos juros, pode ter grandes repercussões no sistema financeiro global, sobretudo pela dependência de muitas nações do dólar para suas transações.

No mercado interno, o calote pode dar início a uma onda de desemprego e encarecer os custos dos empréstimos para o governo e para a população.

MANOBRA ELEITORAL

Para Biden, os republicanos -em especial os apoiadores do ex-presidente Donald Trump, principal quadro do partido para concorrer às eleições com ele - estão dispostos a sabotar a economia para prejudicá-lo.

- Eu acho que há alguns republicanos extremistas na Casa que sabem o dano que isso faria à economia, e porque eu sou presidente, e um presidente é responsável por tudo, "Biden" assumiria a culpa e esse é um caminho para garantir que "Biden" não será

reeleito -disse no Japão, viagem que teria uma parada depois na Austrália e em Papua Nova-Guiné, mas foi encurtada por causa das negociações com o Congresso.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arcabouço fica menos simples, mas mais impositivo, indica Itaú



Pedro Schneider: prazo para "punição" se furar meta de primário poderia melhorar

Anaís Fernandes De São Paulo

O parecer do relator do arcabouço fiscal diminui a simplicidade da regra, mas melhora sua impositividade sobre as despesas, ainda que parcialmente, diz o Itaú Unibanco. Do lado das receitas, o banco avalia que as medidas propostas pela equipe econômica do governo vão na direção correta, mas restam dúvidas sobre reais impactos arrecadatórios.

"Saiu um texto menos simples, mas um pouco mais forte do que o original", afirma Pedro Schneider, economista do Itaú, em referência ao parecer apresentado até agora por Cláudio Cajado (PP-BA).

Entre os "remendos" que tornaram a regra um pouco mais complicada, ele cita a fixação de um crescimento real de 2,5% para as despesas no ano que vem, independentemente do comportamento das receitas, e a possibilidade de o governo escolher, apenas neste ano, se usará a **inflação** até dezembro ou até junho para estimar as despesas de 2024.

"No primeiro ano vale uma coisa, no segundo vale outra e a "velocidade de cruzeiro" da regra viria só mais à frente", diz Schneider.

Já a impositividade melhorou, segundo ele, por três fatores. O principal é o retorno ao texto dos contingenciamentos obrigatórios se o Executivo

verificar que gastará mais do que planejava.

Schneider cita também o fato de que a diminuição do crescimento possível das despesas de 70% para 50% do avanço das receitas, em caso de descumprimento da meta de resultado primário, será incorporada permanentemente à base de cálculo, em vez de valer apenas para o ano de "punição". Além disso, ele menciona gatilhos incluídos, como o veto a reajustes a servidores e à realização de concursos se a meta de primário for furada.

Nos dois últimos casos, porém, as "punições" demoram dois anos para serem incorporadas ao Orçamento, observa Schneider. "A impositividade melhorou, mas só a partir de 2026. Tinha espaço para melhorar mais o prazo", afirma. Essas questões poderiam ser revistas pelo Congresso, mas o Itaú espera que o projeto passe nesta semana sem alterações relevantes.

Schneider alerta ainda que o crescimento real efetivo das despesas será maior do que os 2,5% fixados para 2024 - quase 4%, estima.

"Neste ano já está crescendo 7%.

Juntando os dois anos, na média, é um crescimento real de 5,5% por ano, muito próximo da média pré-teto de gastos, de 6%", observa.

Do lado das receitas, o Itaú tem a visão de que o governo está correto ao focar corrigir distorções tributárias.

"O aumento explícito de carga é mais fácil no sentido de que arrecada mais, mas pune emprego, renda, **PIB**", diz Schneider.

O problema, segundo ele, é que ainda há dúvidas sobre o impacto real das medidas anunciadas ou em estudo. "Distorções não estão escritas em pedra na lei. Elas existem por interpretações diferentes entre governo e contribuintes. Mudar isso, normalmente, passa pelo Congresso ou pelo Judiciário, podem acontecer modulações, transições", afirma Schneider.

Para conseguir zerar o déficit primário no ano que vem como promete, o governo precisaria de 2% do **PIB** em medidas de elevação da receita, estima o Itaú,

assumindo a projeção do banco de crescimento do **PIB** de 1% em 2024; o governo espera alta de 2,3%. "As projeções de atividade vêm sendo revistas para cima, mas ainda tem a expectativa de ser mais para 1% do que para 2%", diz Schneider.

Em um relatório em que detalha as iniciativas de incremento de arrecadação que já foram ou ainda podem ser propostas, o Itaú aponta que a estimativa do governo para medidas permanentes com impacto a partir de 2024 está em 2,4% do **PIB**. O banco, no entanto, vê potencial menor, de 1,6%, mas incorporou apenas 1%, por ora, em seu cenário-base. "Estamos um pouco mais conservadores nas duas pontas", diz Schneider, referindo-se às perspectivas tanto para **PIB** quanto para as medidas arrecadatórias.

Do ponto de vista fiscal, a mais relevante até agora, segundo Schneider, foi a proposta do governo para harmonização da interpretação dos créditos e débitos do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins. O Itaú lembra que a medida já foi aprovada na Câmara, está no Senado e deve começar a afetar a receita a partir de maio.

A arrecadação seria da ordem de R\$ 20 bilhões (0,2% do **PIB**).

À frente, o destaque é a limitação do uso de benefícios fiscais do ICMS na base de cálculo dos **tributos** sobre lucro corporativo. O governo já recebeu aval favorável do Supremo Tribunal de Justiça, "mas, como não tem projeto de lei por trás, a disputa pode ter sequência", diz Schneider, acrescentando que isso gera alguma incerteza sobre a ordem de grandeza da medida. O Itaú estima o impacto da decisão para o setor público de R\$ 30 bilhões (0,3% do **PIB**).

Um "gatilho" para melhora (ou piora) mais clara da percepção de risco fiscal do país deve ocorrer quando o potencial real de arrecadação das medidas for descoberto, diz Schneider. "Os dados vão ganhar importância ainda maior daqui para frente."

"Velocidade de cruzeiro" da regraviria só mais à frente"
Pedro Schneider

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187552>

Fundos de investimento e o novo marco regulatório (Artigo)

**Luciana C. Engelberg, Ana Beatriz B. G. de Jesus e
Bruna Marrara**

Opinião Jurídica

Luciana C. Engelberg, Ana Beatriz B. G. de Jesus e
Bruna Marrara

O novo marco regulatório dos fundos de investimento no Brasil, que moderniza a regulamentação aplicável a esses fundos e incorpora as inovações introduzidas no Código Civil pela chamada Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 3.874/19), estava previsto para entrar em vigor no dia 3 de abril, mas teve o início de sua vigência prorrogado para 2 de outubro.

As novas normas foram estabelecidas no fim do ano passado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Resolução CVM nº 175, que trata do funcionamento e da divulgação de informações dos fundos de investimento, além de abordar a prestação de serviços para esses fundos.

A resolução já inclui anexos normativos referentes aos Fundos de Investimento Financeiros (FIFs)-de ações, cambiais, multimercado e renda fixa (até então disciplinados pela Instrução CVM nº 555/14)-e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e deverá incorporar as regras específicas aplicáveis a outros tipos de fundo de investimento como anexos normativos até a entrada em vigor da nova norma.

Entre as principais mudanças trazidas pela resolução destacam-se a regulamentação do regime de limitação de responsabilidade de cada investidor ao valor de suas cotas (desde que expressamente previsto no regulamento do fundo) e a possibilidade de criação de classes diferentes de cotas com direitos e obrigações distintos. Incluem-se nessas classes aquelas com patrimônio segregado, que responderão por obrigações a elas vinculadas, nos termos do regulamento do fundo.

Outras alterações importantes são a aplicação das regras de insolvência previstas nos artigos 955 a 965 do Código Civil, caso o fundo com limitação de responsabilidade não tenha patrimônio suficiente para responder por suas dívidas, e a criação de regime de limitação de responsabilidade dos prestadores de serviços-tanto diante do fundo como entre si.

A resolução também fixa critérios para taxas dos prestadores de serviços com base em percentual fixo do patrimônio líquido do fundo ou um valor nominal em moeda corrente nacional. Estabelece ainda vantagens adicionais às classes de cotas restritas - aquelas exclusivamente destinadas a investidores qualificados ou profissionais.

Com a nova regulamentação, o gestor ganha protagonismo. Junto com o administrador, ele passa a ser considerado prestador de serviço essencial. Além disso, algumas

matérias que antes eram de competência exclusiva da assembleia de cotistas poderão agora ser decididas exclusivamente pelo gestor.

Em relação aos FIFs, destaca-se, entre outras determinações, a maior flexibilização trazida pela resolução em relação à aplicação de ativos financeiros. A Resolução CVM 175 permite que as classes de cotas de FIFs destinadas ao público em geral apliquem até 100% do seu patrimônio em ativos financeiros no exterior, desde que respeitados os requisitos mínimos estabelecidos para a ampliar o limite de concentração nesses ativos.

Outro ponto importante é a permissão para que fundos de investimento financeiros invistam diretamente em criptoativos, que passam a integrar o conceito de ativos financeiros. A negociação deve ser feita por entidades autorizadas pelo Banco Central ou pela CVM, no caso de operações realizadas no Brasil, ou então por um supervisor local com competência legal para supervisionar e fiscalizar, no caso de operações no exterior.

Quanto aos FIDCs, a novidade é a possibilidade de distribuir cotas seniores para o público de varejo, medida que pode alavancar o desenvolvimento do mercado de FIDCs. Atualmente, o produto é restrito ao público investidor qualificado.

Também merece destaque a flexibilização de regras para permitir a estruturação de produtos mais customizados. Com isso, haverá mais espaço para a criatividade do mercado, especialmente em estruturas destinadas a investidores qualificados e profissionais.

A efetiva implementação das novidades e dos avanços propostos pela Resolução CVM nº 175 esbarra na necessidade de dar segurança jurídica aos investidores, administradores e gestores de fundos de investimento. Isso inclui definir o tratamento tributário aplicável aos cotistas dos fundos.

Algumas mudanças propostas pela resolução deverão ser acompanhadas de alterações no ordenamento jurídico-tributário, tanto do ponto de vista legal quanto infralegal, a partir da expedição de normas pela **Receita Federal**.

Entre os temas a serem abordados está a criação de patrimônios segregados por classes de cotas de categorias distintas. Essa inovação traz à tona a discussão sobre a necessidade de atualizar a **legislação tributária**, que não prevê tratamento diferente para os cotistas de acordo com sua classe de cotas. O critério, atualmente, baseia-se no tipo de fundo e na composição da sua carteira (embases consolidadas).

A Resolução CVM nº 175 substitui e revoga 38 normativos da Comissão de Valores Mobiliários, incluindo a Instrução CVM nº 555/14-regra geral aplicável aos fundos de investimento -e as instruções CVMnº 356/21 e nº 444/06, aplicáveis aos FIDCs padronizados e não padronizados, respectivamente. Alguns tópicos específicos entrarão em vigência posteriormente. É o caso da regra sobre a possibilidade de os fundos terem diferentes classes e subclasses de cotas, válida somente a partir de 1º de abril de 2024.

Os fundos em funcionamento na data da entrada em vigência da nova resolução terão até o dia 31 de dezembro de 2024 para se adaptarem integralmente às novas regras, exceto os FIDCs, que precisarão se adequar até 1º de abril de 2024.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230522/>

Campos Neto: críticas ao BC mostram desconhecimento

Fernanda Strickland

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que "o Executivo foi eleito e tem o direito de determinar qual meta de inflação quer seguir". Ele relatou já ter sido procurado por "vários senadores" com a proposta de que a meta de inflação só pudesse ser alterada com autorização do BC, mas disse que foi contra. O presidente do BC falou ontem em evento, promovido pela Folha de S. Paulo, sobre os dois anos de autonomia da autoridade monetária.

A meta de inflação é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O Banco Central por sua vez, tem autonomia para manobrar a política de juros para que a meta seja alcançada.

Em junho de cada ano, o CMN estabelece as metas para os dois anos seguintes, o que tem gerado expectativa sobre a reunião do colegiado no próximo mês. De acordo com Campos Neto, "seria muito conflituoso se o BC determinasse a própria meta".

O presidente da autarquia observou, ainda, que uma eventual mudança da meta poderia ser interpretada pelos agentes financeiros apenas como uma manobra para ganhar flexibilidade, o que teria efeitos negativos.

"Quando a mudança de meta na Argentina foi feita para ganhar flexibilidade, perdeu-se credibilidade e a inflação disparou", disse.

Perguntado sobre os questionamentos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre a elevada taxa básica de juros - que está atualmente em 13,75% ao ano -, ele respondeu que o petista "tem o direito de entrar num debate sobre taxa de juros", mas ressaltou que a "personificação (das críticas de Lula a ele) mostra desconhecimento do processo no BC", já que a taxa é estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), um colegiado de nove membros.

"A autonomia vai justamente na contramão disso, afirmou Campos Neto. "A personificação é falta de conhecimento sobre o processo instalado e o amadurecimento do Banco Central." No mês passado, Lula deixou no ar a possibilidade de mudar a meta de inflação. Disse ser "humanamente impossível", com os juros altos, que o empresariado obtenha crédito e que a economia volte a crescer de forma mais

consistente. "Ouvi que o presidente do Banco Central teria dito que, para manter 3% (de meta de inflação), teria que ter um juro de 20%. É algo não razoável. Se a meta está errada, muda-se a meta", afirmou.

Autonomia

Durante evento, o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que não há clima no Legislativo para alterar a autonomia do BC. "Não haverá nenhum tipo de retrocesso em relação ao marco do saneamento, à capitalização da Eletrobras, e à autonomia do Banco Central", garantiu.

"A autonomia do Banco Central foi uma conquista importante do Brasil nos tempos modernos, em que a autonomia e a prevalência da técnica são importantes para se evitar interferências políticas indesejáveis", enfatizou. "Isso, porém, não significa um poder absoluto", acrescentou.

Para o presidente do Senado, o BC tem compromisso com a solidez do sistema financeiro e com a estabilidade da moeda.

"Mas tem também o bem-estar da população e o pleno emprego.

De modo que é compromisso do Banco Central compreender o momento em que estamos vivendo e promover a redução gradativa da taxa básica de juros", pontuou Pacheco. (FS)

O que faz o CMN

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um colegiado presidido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e que conta, ainda, com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet. Ele se reúne uma vez por mês e é responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Cabe ao CMN, também, fixar as metas anuais de inflação.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/05/23/all.pdf>

Defensoria Pública da União teme perda com regra fiscal

Thiago Bonna

O novo arcabouço fiscal, proposto pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pode fazer com que a Defensoria Pública da União (DPU), que já tem atuação reduzida, tenha que diminuir ainda mais suas atividades. Essa, pelo menos, é a avaliação do defensor público-geral federal em exercício, Fernando Mauro Júnior, que anda preocupado com a manutenção do órgão no teto de gastos. "Muito provavelmente será necessário o fechamento de algumas unidades. O simples reajuste pela inflação do nosso orçamento não tem sido suficiente (para arcar com os gastos)", lamentou Fernando Mauro, em entrevista ao Estado de Minas.

A Defensoria Pública está presente em apenas 80 das 279 unidades jurisdicionais do Brasil. Isso significa que apenas 29% do público-alvo da defensoria têm assessoria jurídica. Em Minas Gerais, por exemplo, o órgão está em cinco das 27 unidades, de acordo com a Pesquisa Nacional da Defensoria Pública de 2022. Os locais não atendidos regularmente recebem ocasionalmente o projeto "Defensoria Itinerante", que busca dar alguma assistência para pessoas necessitadas que não residem nos territórios atendidos.

O Projeto de Lei Complementar 93/2023, que trata sobre o novo regime fiscal, determina, no capítulo III, que despesas com saúde, educação, execução de obras e outros "não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos". Ou seja, estão fora do teto de gastos. A DPU defende que também a defensoria fique fora do teto e argumenta que a exclusão é fundamental para que seja pago o salário dos profissionais, seja feita a contratação de serviços de limpeza e da manutenção das unidades. Além de permitir que novas unidades sejam abertas para prestar

assistência jurídica. "Do jeito que está hoje, e se esse cenário não for mudado, o que vai acontecer com a DPU é que, além de não conseguir crescer, a gente vai regredir", se queixou um defensor público de BH que não quis se identificar.

Os problemas da DPU, segundo Fernando Mauro, iniciaram em 2017, mais precisamente quando a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016,

de autoria do governo de Michel **Temer** (MDB), foi aprovada na Câmara dos Deputados. O texto previa que o governo federal teria um limite

para gastos nos próximos 20 anos, tendo por base o orçamento de 2016. Na prática, ficou impedido que o Estado gaste mais do que no ano anterior, exceto pela correção dos valores segundo a inflação.

Em 2023, o orçamento da Defensoria Pública da União é de cerca de R\$ 750 milhões. A título de comparação, a Advocacia-Ge-ral da União recebe um aporte de R\$ 4,2 bilhões, enquanto o Ministério Público da União terá um orçamento de aproximadamente R\$ 8 bilhões. Este valor é de mais de 90% acima do que foi destinado à DPU.

Para que a Defensoria chegue a todas 279 unidades jurisdicionais do país é estimado, de acordo com estudos da assessoria do planejamento da Defensoria Pública da União, que sejam necessários cerca de R\$ 4 bilhões, metade do que é gasto com o MPU e um pouco a menos do que a AGU. "Os representantes do órgão vêm buscando o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, os ministros (Fernando) Haddad e (Simone) Tebet para sensibilizá-los deste problema e têm obtido uma sinalização favorável ao tema", disse Fernando Mauro.

EMENDA O deputado federal Luiz Carlos Busato (União Brasil-RS) protocolou uma emenda ao projeto do arcabouço fiscal, com a intenção de "viabilizar o cumprimento da Emenda Constitucional 80/2014, apelidado de "Defensoria para todos". Na justificativa, Busato argumentou que a Defensoria Pública "sofreu um impacto desproporcional com a regra atualmente vigente (teto de gastos) e que não foi corrigido com o texto". O parlamentar também apontou que o orçamento do órgão é diminuto em comparação com outros do sistema judiciário. "A garantia do direito constitucional de acesso à Justiça passa, sem dúvidas, pelo efetivo cumprimento desta emenda. A DPU hoje só está presente em 27% das unidades da Justiça Federal e possui um público vulnerável desassistido estimado em 33 milhões de pessoas", declarou o parlamentar gaúcho.

Em contato com a reportagem, o líder do governo na Câmara, deputado federal José Guimarães (PT-CE), afirmou que "a liderança do governo vai apoiar o texto

que o relator apresentar, seja acatando ou não a proposta" de Busato. O relator designado para o projeto, o deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA) e o Ministério da Fazenda não responderam aos questionamentos sobre o tema.

Muito provavelmente será necessário o fechamento de algumas unidades. O simples reajuste pela **inflação** do nosso orçamento não tem sido suficiente (para arcar com os gastos)"

Fernando Mauro Júnior, defensor público geral da União em exercício

Após corte na gasolina, expectativa para inflação cai de 6,03% para 5,80%

Luana Maria Benedito e Marcelo Azevedo

Especialistas reduziram suas perspectivas para a **inflação** tanto neste ano quanto no próximo, enquanto melhoraram prognósticos para o crescimento da atividade em 2023, mostrou pesquisa semanal Focas, do Banco Central, divulgada nesta segunda (22).

Agora, a expectativa é que o IPCA (o índice oficial de **inflação**) suba 5,80% neste ano, uma revisão significativa para baixo ante a taxa de 6,03% prevista na semana passada. Para 2024, a redução na projeção foi mais modesta: 4,13%, ante 4,15%.

O centro da meta oficial para a **inflação** em 2023 é de 3,25%, e, para 2024, de 3%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Apesar da redução das expectativas para a **inflação**, as projeções para a Selic, a taxa básica de juros, até o fim do ano mantiveram-se inalteradas. A perspectiva para a taxa ao fim de 2023 foi mantida em 12,50% pela quinta semana consecutiva, enquanto o prognóstico para 2024 seguiu em 10%.

"A redução das expectativas do Focas mais confirma a probabilidade de esse cenário ocorrer do que nos faz mudar o cenário. As revisões para baixo foram relevantes em 2023, provavelmente refletindo redução de combustíveis na semana passada, mas a redução da expectativa em 2024 foi muito mais tímida", diz o Bradesco.

O banco prevê que um primeiro corte será feito em setembro, e a Selic terminará o ano em 12,25%.

A Warren Rena também manteve sua projeção de queda nos juros a partir de setembro. A casa espera, porém, que a Selic esteja em 12% no final do ano. Já o Bank of America é mais otimista, apostando que o Copom fará a primeira redução da taxa de juros em agosto, chegando a 11,75% no fim de 2023,

mantendo o cenário projetado após a última reunião do comitê, no início de maio.

Os juros brasileiros estão atualmente em 13,75% ao ano, nível elevado que tem sido criticado de forma recorrente pelo governo do presidente Lula (PT).

Nesse cenário, os mercados futuros tiveram leve alta nesta segunda. Os contratos para janeiro de 2024 subiram de 13,30% para 13,31%, enquanto os com vencimento em 2025 foram de 11,70% para 11,70%. Os para 2026 saíram de 11,22% para 11,30%.

O prognóstico para o **PIB** deste ano também foi revisado para cima, com o mercado projetando crescimento de 1,2% - uma melhora ante a expansão de 1,02% calculada na semana anterior. Ao mesmo tempo, a projeção dos analistas consultados para a taxa de câmbio foi a R\$ 5,15 no final de 2023, ante R\$ 5,20 por dólar no último boletim Focus.

Haddad espera que projeções do Focus para **PIB** fiquem mais otimistas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), espera uma convergência ao longo do ano das projeções de crescimento do **PIB** do boletim Focus com as feitas pelo Ministério da Fazenda.

O documento divulgado nesta segunda (22) tem uma projeção de 1,2%, enquanto Haddad espera uma alta de 1,9%. "O Focus vai ficando otimista ao longo do ano", disse o ministro ao chegar ao Ministério da Fazenda após se reunir com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "Penso que vamos ter convergência ao longo do ano", acrescentou um pouco depois.

Site:

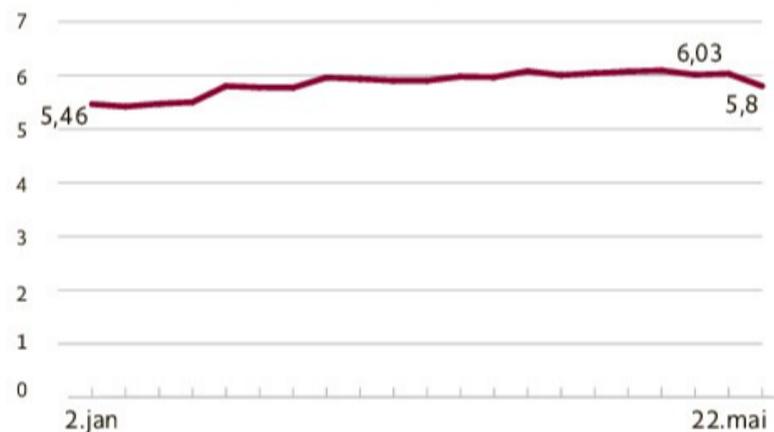
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50285&anchor=6477710&maxTouch=0&_ga=2.135986551.717745510.1684724620-

[1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8deda4b7c37dc272ae9394e4f2c73910](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8deda4b7c37dc272ae9394e4f2c73910)

Mercado melhora projeções para 2023

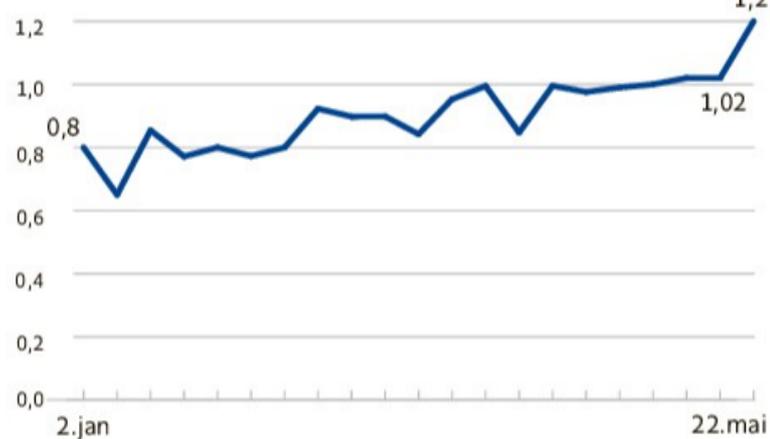
O que esperam os analistas para a inflação...

Mediana das expectativas para o IPCA no final de 2023, em %



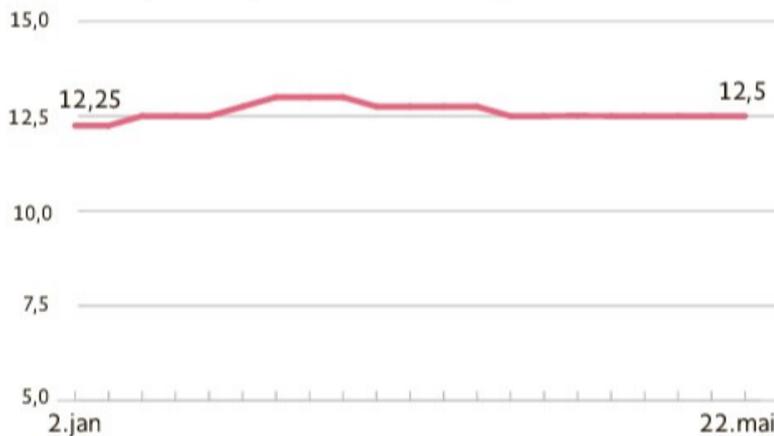
... para a atividade...

Mediana das expectativas para o PIB no final de 2023, em %



... e para a taxa básica de juros

Mediana das expectativas para a Selic no final de 2023, em %



Fonte: Banco Central - Focus

Mergulhada em inflação, Argentina lança nota de 2.000 pesos, equivalente a r\$ 20



MERGULHADA EM INFLAÇÃO, ARGENTINA LANÇA NOTA DE 2.000 PESOS, EQUIVALENTE A R\$ 20
Nova cédula entra em circulação e substitui a de 1.000 pesos, hoje a mais alta no país; inflação bateu mais um recorde em abril e chegou a 109% no acumulado dos últimos 12 meses, o maior índice em quase 32 anos - Banco Central de Argentina/AFP

Nova cédula entra em circulação e substitui a de 1.000 pesos, hoje a mais alta no país; **inflação** bateu mais um recorde em abril e chegou a 109% no acumulado dos últimos 12 meses, o maior índice em quase 32 anos

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50285&anchor=6477710&maxTouch=0&_ga=2.135986551.717745510.1684724620-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8deda4b7c37dc272ae9394e4f2c73910

Mudar meta sem calma pode dar mensagem errada, diz Campos Neto



Roberto Campos Neto e Fábio Pupo, jornalista da Folha, durante o evento. Foto: Jaelson Cavalli/Folhapress

Eduardo Cucolo

Para o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, mudar as metas de **inflação** em um momento de turbulência econômica pode passar mensagem errada ao mercado, a de que se procura mais flexibilidade, e não mais eficiência.

A afirmação foi feita nesta segunda-feira (22), durante seminário sobre os dois anos de autonomia do Banco Central, com objetivo de debater diferentes pontos de vista sobre o tema e entender as lições para o futuro, promovido pela Folha.

O evento aconteceu no auditório da sede do jornal, em São Paulo, e teve patrocínio da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Campos Neto afirmou que a decisão de mudar a meta é do governo, por meio do CMN (Conselho Monetário Nacional), não do Banco Central, "que procura aconselhar com base em estudos e experiências internacionais".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem aventado a possibilidade de mudar o período de tempo para observação da meta de **inflação**. Hoje ela deve ser obtida ao final do ano fiscal. O petista tem sugerido uma calibragem mensal.

Segundo Campos Neto, mudanças podem trazer eficiência, mas devem ser feitas em momentos de calma.

Caso contrário, cresce o risco de o mercado financeiro entender que o objetivo é flexibilizar o combate à **inflação**, com prejuízo para o trabalho do BC de

mantê-la em direção à meta.

"Quem decide a meta é o governo. O BC serve de "advisor". Esse ganho [de eficiência com mudanças] é atingido quando você está em um ambiente de calma e com a **inflação** dentro da meta. Quando está fora da meta, pode ter uma interpretação de que pode ter sido feito para ganhar flexibilidade, e isso pode ter impacto negativo."

Questionado sobre as críticas pessoais do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à sua atuação no comando da autoridade monetária, Campos Neto afirmou que essa personificação "demonstra falta de conhecimento" em relação a essas regras.

"Depois de ter subido os juros no ano eleitoral, da forma como a gente subiu, para garantir que o novo mandato, independente de quem ganhasse, fosse um mandato em que a **inflação** seria mais comportada, eu confesso que imaginei que isso seria reconhecido", afirmou.

"Acho que ao longo do tempo isso acaba ficando mais claro para a sociedade e para o Executivo."

Campos Neto afirmou que a legislação garante autonomia não só do presidente do BC em relação ao governo, mas dos demais diretores da instituição em relação ao próprio comandante da autoridade monetária. "Algumas declarações vão no sentido de não entender a regra do jogo."

De acordo com ele, diversos estudos mostram que a autonomia faz com que a **inflação** seja mais baixa e menos volátil.

"Os ganhos da autonomia estão aí. Se a gente não tivesse autonomia, no período de eleição a gente teria tido mais volatilidade nos mercados. É importante separar o ciclo político do ciclo econômico. Agente precisa ter harmonia entre o fiscal e o monetário, mas muitas vezes o tempo deles é diferente."

Ele deu como exemplo o que aconteceu no Peru, país em que os problemas políticos não causaram problemas para a política monetária. O mesmo, segundo ele, não pode ser dito de países como Argentina e Turquia.

O ideal é que a autonomia do BC seja reforçada e ampliada para outras áreas, disse Campos Neto.

Experiências recentes do órgão com greves de funcionários mostram que o órgão tem incapacidade de gerir essas relações e seria desejável uma autonomia administrativa.

"Sempre volto para as no-tinhas do meu avô [Roberto Campos (1917-2001), um dos idealizadores do órgão], em que ele desenhou a autonomia do Banco Central. Há três flechinhas: autonomia operacional, autonomia administrativa e autonomia financeira."

Ele disse que sua gestão consolidou a autonomia operacional, mas que "é importante avançar nas outras duas".

Campos Neto e Lula têm travado embate sobre a taxa básica de juros no país, fixada em 13,75% ao ano pelo Copom.

A leitura petista é que o juro alto prejudica a atividade econômica, cuja retomada é vista como crucial para a consolidação de apoio popular e político ao governo.

Os ganhos da autonomia estão aí. Se a gente não tivesse autonomia, no período de eleição a gente teria tido mais volatilidade nos mercados

Roberto Campos Neto presidente do Banco Central

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50285&anchor=6477710&maxTouch=0&_ga=2.135986551.717745510.1684724620-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8deda4b7c37dc272ae9394e4f2c73910

Para Pacheco, juro alto inibe projeto de crescimento econômico



Leda Paulani, Rodrigo Pacheco e Fernando Canzian, repórter especial da Folha, no debate

Eduardo Cucolo e Stéfanie Rigamonti

Após ser incisivo na defesa da autonomia do Banco Central, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), criticou o atual patamar da taxa básica de juros, a Selic.

O senador afirmou que taxa de 13,75% 30 ano é inibidora do crescimento econômico proposto pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A afirmação foi feita nesta segunda-feira (22), durante seminário sobre os dois anos de autonomia do Banco Central, promovido pela Folha. O evento teve patrocínio da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Pacheco fez um apelo para que a nação como um todo encontre um caminho para a redução da taxa de juros e defendeu que esse corte seja gradativo, "sem movimentos bruscos".

O parlamentar também reagiu a uma fala anterior de Roberto Campos Neto, também no seminário do jornal.

De acordo com o presidente do Banco Central, para que seja possível promover um crescimento econômico sem alta da **inflação** e, assim, ter uma taxa real de juros neutra mais baixa, é preciso realizar reformas estruturais. Taxa real de juros neutra é aquela que controla a **inflação**, mas sem inibir o crescimento econômico.

Pacheco disse que o Congresso já realizou diversas reformas e aprovou marcos regulatórios nos últimos

anos e que não é possível esperar por mais reformas para reduzir a Selic.

Durante o debate, Leda Paulani, professora titular do Departamento de Economia da USP, afirmou ser contra a autonomia do Banco Central.

Ela disse que a regra coloca, atualmente, entraves à ação de um governo democraticamente eleito. "É o que vivemos hoje no Brasil."

A docente afirmou que a instituição não é independente de fato e também não atua de maneira técnica na execução da política monetária.

Paulani disse que o órgão pode ser independente do governo, mas não do sistema financeiro, "que escraviza o Brasil há quatro décadas".

Na avaliação dela, a autonomia do BC toma a autarquia uma espécie de quarto poder no Brasil.

Já o presidente do Senado defendeu a decisão do Congresso de 202L que conferiu o status e disse que não haverá retrocessos em relação a essa questão.

De acordo com ele, "se a decisão foi acertada ou não, só o tempo dirá".

Pacheco, então, defendeu que instituições que possuem em seu quadro funcionários mais técnicos e de carreira, como o Banco Central e agências reguladoras, devem atuar de forma autônoma, sem interferências políticas.

Segundo o parlamentar, essa condição traz credibilidade para o país e assegura um ambiente de negócios.

Pacheco elogiou o governo federal por não atentar contra a privatização da Eletrobras por meio de decretos, apesar das constantes críticas feitas às regras da desestatização.

Para o senador, o governo está no seu direito de acionar a Justiça para tentar aumentar sua participação nas decisões da companhia.

Uma das regras de proteção da privatização da Eletrobras limita o direito de voto na empresa. Apesar

de o governo possuir 43% das ações, o direito a voto é limitado a 10%.

Durante sua participação no seminário da Folha, Pacheco disse que não haverá nenhum retrocesso nas decisões do Congresso em relação ao novo marco do saneamento nem em relação à privatização da Eletrobras.

Paulani afirmou ainda que não teria convicção em dizer que a interferência da presidente Dilma Roussef (2011-2016) sobre o BC durante seu governo, para baixar os juros em um momento em que a **inflação** estava em alta, tenha sido o fator responsável pela crise econômica da década passada.

Na época, segundo a professora, houve a adoção pela presidente de uma agenda do empresariado, que depois a abandonou.

Ela também citou mudanças no cenário internacional e a reversão da política econômica do governo a partir de 2015 como fatores de fragilização.

"Esse "deu errado" tem uma série de variáveis que precisam ser consideradas. Eu não teria tanta convicção de dizer que o BC fez o que o governo quis, mas deu errado", afirmou a professora.

Nós temos um país em que não se pode invocar a necessidade de se fazer mais reformas como condição para reduzir a taxa básica de juros

Rodrigo Pacheco (PSD-MG) presidente do Senado

O BC pode ser independente da sociedade e de seus anseios, pode ser independente do governo, mas não é independente dos interesses da riqueza financeira, que escraviza o país há quatro décadas

Leda Paulani professora titular do Departamento de Economia da USP

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50285&anchor=6477710&maxTouch=0&_ga=2.135986551.717745510.1684724620-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8deda4b7c37dc272ae9394e4f2c73910

Coordenação fiscal e monetária

Cecília Machado

Cecília Machado

Economista-chefe do Banco BOCOM BBM e professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

Durante a pandemia, políticas fiscais e monetárias andaram majoritariamente na mesma direção: /oram expansionistas. Além do aumento dos gastos, que permitiu a sustentação da renda, diversos programas de crédito e renegociação de dívidas a juros mais baixos/oram implementados.

Esses estímulos resultaram em alto endividamento - trazendo questionamentos sobre a sustentabilidade da dívida e a solvência dos governos- e em pressões inflacionárias disseminadas, adicionalmente alimentadas por rupturas nas cadeias de suprimento e pela reorganização da produção em respostas às incertezas geopolíticas. Como fim da pandemia, a reversão dessas políticas expansionistas tornou-se necessária.

Perseguindo seus mandatos, os bancos centrais, tanto de países emergentes quanto de desenvolvidos, iniciaram ciclos de subida de juros, colocando a política monetária em território restritivo para conter a escalada inflacionária. Mas em muitos países a reversão e a contenção dos estímulos /iscais ainda encontram resistências. Dessa forma, cabe a pergunta: políticas fiscais e monetárias em direções opostas seriam capazes de trilhar o melhor caminho para a convergência da **inflação** em ambiente de recuperação econômica?

Bancos centrais e governos possuem mandatos específicos para a condução de suas políticas monetárias e fiscais. Mas muitas vezes esses mandatos se sobrepõem, e a ação de um pode interferir no objetivo do outro. Um exemplo vem dos impactos que as políticas monetárias e fiscais têm na **inflação**, ainda que os mecanismos e canais através dos quais a tu em sejam bastante distintos.

No caso da política monetária, a elevação da taxa de juros reduz a **inflação** através da contração do consumo e do investimento. Essa elevação dos juros vem acompanhada pelo crescimento da dívida, tanto através dos custos da dívida quanto através da redução da arrecadação que acompanha a desaceleração da atividade.

Já no caso da política fiscal, uma redução de gastos também desacelera a demanda, mas, nessa situação, os juros podem até cair, como quando ocorre redução do prêmio de risco que acompanha uma trajetória de dívida cadente.

Assim, a necessidade de política monetária restritiva em um ambiente de política fiscal expansiva gera efeitos indiretos nas ações dos bancos centrais.

Quando isso ocorre, as autoridades monetárias precisam atuar de forma ainda mais agressiva e incisiva para combater a **inflação**, com efeitos adicionais sobre o crescimento da dívida. Caso contrário, uma atuação leniente com a **inflação** pode levar à desancoragem das expectativas e a uma dinâmica inflacionária mais inercial.

E no Brasil? Políticas monetárias e fiscais estão coordenadas e indo na mesma direção? Ou estão indo em direções opostas, cabendo considerações sobre os efeitos indiretos de uma sobre a outra? Ao que tudo indica, a política monetária encontra-se em território restritivo desde 2021, e hoje a taxa de juros real ex ante (aquela que desconta as expectativas de **inflação** 12 meses à frente) já alcança pouco mais que 7%, bem acima de qualquer estimativa da taxa neutra (aquela na qual a **inflação** segue estável e 0 produto cresce em seu potencial). A desaceleração no crédito e 0 aumento da inadimplência ajudam a corroborar essa visão.

Apesar disso, diversos indicadores de atividade e de mercado de trabalho seguem resilientes, de forma coerente com um cenário fiscal expansivo. A PEC da Transição contratou uma expansão fiscal de 2% do **PIB** em 2023, e 0 novo arcabouço, apesar de prever 0 fim do déficit primário já no que vem, ainda não foi capaz de elencar um plano que corrobore 0 aumento dos superávits previstos. Na contramão da monetária, a política fiscal parece estar em expansão.

Uma política monetária restritiva aliada a uma política fiscal expansionista equivale a um carro que acelera com 0 freio de mão puxado. É nesse sentido que há ganhos na coordenação das políticas monetárias e fiscais. Ou, melhor dizendo, há ganhos quando se reconhecem os efeitos indiretos de uma política fiscal expansionista sobre a **inflação**.

Uma consolidação fiscal responsável é peça-chave para gerar ambiente macroeconômico estável de

crescimento sólido, equilibrado e longo.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50285&anchor=6477710&maxTouch=0&_ga=2.135986551.717745510.1684724620-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=8deda4b7c37dc272ae9394e4f2c73910

Orçamento de 2023 garante alento para o transportador? (Artigo)

Fernanda Schwantes e Eduardo Ramos Honório da Silva

Fernanda Schwantes e Eduardo Ramos Honório da Silva

Economistas, são, respectivamente, gerente executiva de Economia e analista em Transporte na Confederação Nacional do Transporte (CNT)

O Congresso Nacional acertou ao garantir uma parte, ainda que pequena, do extrateto para investimentos em infraestrutura de transporte. O Orçamento da União para o setor em 2023 é de R\$ 18,67 bilhões, três vezes mais que o volume de recursos proposto pelo Poder Executivo na versão inicial do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023, enviada ao Congresso no dia 31 de agosto de 2022. Além disso, as ações orçamentárias ligadas à mobilidade urbana passaram de R\$ 7,55 milhões no texto do Ploa para R\$ 6,64 bilhões na LOA 2023.

Mas nem de longe esses R\$ 25,31 bilhões são suficientes para recuperar a degradação e a perda de estoque de capital decorrentes dos baixos investimentos das últimas décadas.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o investimento líquido encontra-se em patamares alarmantes desde 2016: o investimento brasileiro em formação bruta de capital fixo foi inferior ou igual à depreciação do estoque de capital desde aquele ano.

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) estima que a necessidade de investimento em infraestrutura de transporte é de R\$ 865,38 bilhões, como apontou no documento O Transporte Move o Brasil - Propostas da CNT ao País. Para que se tenha uma dimensão do tamanho da lacuna existente entre a necessidade de investimentos nos projetos de destaque para o setor transportador e os recursos programados para investimentos públicos, destaca-se que: 1) os R\$ 865,38 bilhões estimados pela CNT correspondem a cerca de 10,0% do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2021; 2) de 2001 a 2021, o volume de recursos investidos pela União em infraestrutura de transporte foi de R\$ 319,65 bilhões, 36,9% do montante estimado pela CNT; 3) apenas para reconstrução e restauração de rodovias a CNT estima que são necessários R\$ 72,26 bilhões e, para a manutenção de pistas/trechos

desgastados, mais R\$ 22,67 bilhões.

A recomposição de recursos para a manutenção da infraestrutura de transporte atende a um pleito recorrentemente apresentado pela confederação.

Porém, um dos grandes desafios permanece: como garantir que os recursos serão efetivamente executados se são a principal parcela de despesas discricionárias do governo?

Tendem a ser a primeira linha de corte em caso de ajustes orçamentários.

Garantir a execução do Orçamento perpassa por uma série de melhorias na gestão pública, relacionadas ao planejamento e à gestão dos projetos.

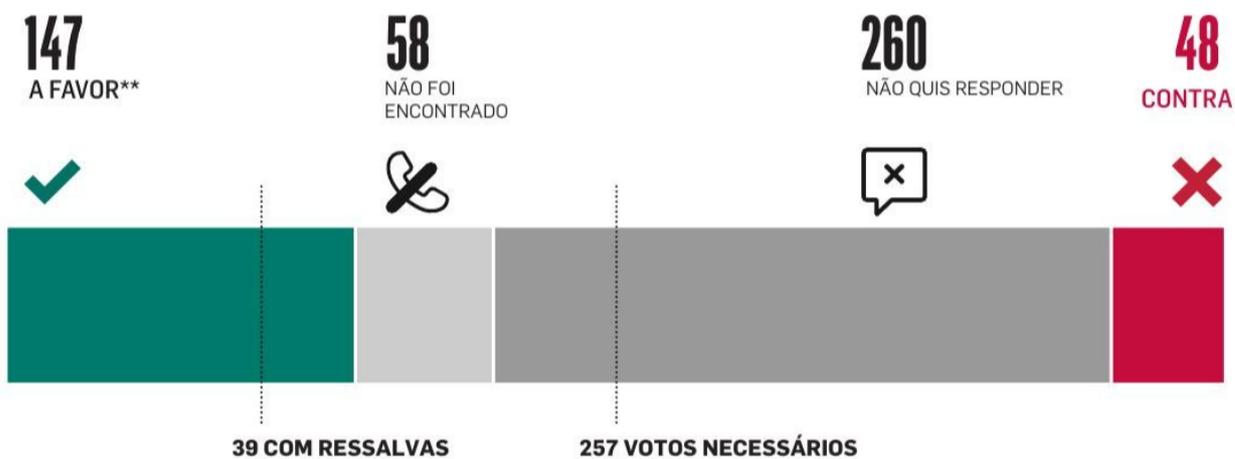
Somente por meio da melhora na eficiência do gasto público é que avanços nas condições viárias brasileiras serão alcançados.

Somente por meio da melhora na eficiência do gasto público é que avanços nas condições viárias brasileiras serão alcançados

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

O que dizem os parlamentares sobre o arcabouço fiscal*



*ATUALIZADO ATÉ AS 20H; **SOMADOS VOTOS A FAVOR E A FAVOR COM RESSALVAS

FONTE: ESTADÃO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Expectativa do mercado para a inflação em 2023 fica abaixo de 6%

VITOR DA COSTA

A mediana das expectativas do mercado para a **inflação** em 2023 caiu de 6,03% para 5,80%, segundo o boletim Focus, relatório semanal divulgado pelo Banco Central (BC). A projeção para 2024 também recuou, pela terceira semana consecutiva, de 4,15% para 4,13%. Para 2025, a estimativa seguiu em 4%. A meta de **inflação** perseguida pelo BC é de 3,25% em 2023 e de 3% em 2024 e 2025, com tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

Na avaliação de analistas, a redução das estimativas para 2023 está associada aos anúncios realizados pela Petrobras na última semana. A estatal reduziu os preços de gasolina, diesel e GLP, além de alterar a política de preços, que passa a não depender exclusivamente do câmbio e do petróleo no mercado internacional.

O movimento das projeções do Focus é relevante, uma vez que a desancoragem nas estimativas de **inflação** é um dos fatores citados pelo Comitê de Política Monetária (Copom) como obstáculo ao corte na Selic, a taxa básica de juros.

-A queda nas expectativas observada da última semana para cá teve como base o movimento de arrefecimento dos preços administrados. Tais preços, no entanto, não são afetados pela política monetária, de maneira que o debate sobre cortes nos juros ainda depende de uma evolução positiva dos preços livres, especialmente os que compõem o núcleo da **inflação**, com destaque para serviços - disse o economista da CM Capital, Matheus Pizzani.

A mediana das projeções para a Selic, ao término de 2023 ficou estável em 12,50%. As estimativas para o fim de 2024 e 2025 também seguiram em 10% e 9%, respectivamente. Já a previsão para o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023 subiu pela segunda semana seguida, de 1,02% para 1,20%.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

FGV aponta alta de 1,8% para o PIB em março

Alessandra Saraiva Do Rio

A economia cresceu 1,8% em março ante fevereiro, na leitura do Monitor do **PIB**, indicador da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgado nesta segunda-feira, 22. Na comparação com março do ano passado, o **PIB** cresceu 4,5%, aponta o monitor. "Todos os resultados estão bastante bons", resumiu Claudio Considera, coordenador do Núcleo de Contas Nacionais (NCN) do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV/Ibre). Para ele, a economia neste começo de ano tem sido impulsionada por boa performance em agropecuária e "resiliência" em serviços.

Na evolução trimestral, a atividade cresceu 3,6% no primeiro trimestre ante igual período de 2022, melhor resultado no indicador da fundação desde o segundo trimestre de 2022 (3,7%).

Em relação ao quarto trimestre, a economia avançou 1,6% no primeiro trimestre, melhor taxa desde o quarto trimestre de 2020 (3,4%), nessa comparação.

Considera notou que, na comparação com mesmo período em 2022, a economia avançou tanto pelo lado da oferta, quanto pelo da demanda. Nos primeiros três meses deste ano ante igual trimestre de 2022 houve altas de 13,1% em agropecuária; de 1,2% em indústria; e de 3,5% em serviços, pelo lado da oferta. Pelo lado da demanda, o monitor aponta, aumentos de 4,7% no consumo das famílias; de 0,1% no consumo do governo; e de 0,2% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187552>

Relator do novo marco fiscal fará "últimos ajustes" antes da votação



Haddad: ministro negocia com relator após críticas à alta de gastos autorizada para 2024

Cajado: "O relatório nunca deu aumento de R\$ 80 bilhões"

Raphael Di Cunto, Guilherme Pimenta e Estevão Taiar De Brasília

Com críticas à alta de gastos autorizada para 2024 após mudanças no projeto de lei do novo marco fiscal do país, o deputado federal Claudio Cajado (PP-BA) se reuniu nessa segunda-feira (22) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e prometeu que fará novos "ajustes de redação" para deixar mais claro alguns "pontos de dúvidas". "O relatório nunca deu aumento de R\$ 80 bilhões [de gastos para 2024]. Essa conta criou ruído e vamos encontrar redação que deixe claro que não haverá nada nesse sentido", disse.

Os R\$ 80 bilhões a mais de gastos foram apontados pelo ex-secretário nacional do Tesouro Jeferson Bittencourt, atualmente economista da ASA Investments, por causa de duas mudanças no relatório: mudar a data de apuração da **inflação** que corrigirá o piso de despesas de julho a junho, mas permitir que o governo considere a **inflação** até dezembro neste primeiro ano, para evitar uma redução de R\$ 40 bilhões em relação à proposta original de Haddad; e determinar que os gastos serão ampliados, em 2024, no teto de 2,5% da nova regra (que prevê uma "banda" de 0,6% a 2,5%, equivalente a 70% do incremento das receitas).

Cajado rebateu os cálculos e afirmou que o impacto é um gasto adicional de R\$ 12 bilhões, e não de R\$ 80 bilhões, para compensar o efeito negativo da desoneração dos combustíveis sobre as receitas. Ele não confirmou a alteração nesse "aumento automático" para 2,5% no primeiro ano, mas afirmou que conversará com os líderes partidários hoje junto com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para negociar a proposta, que deve ser votada no

plenário até amanhã.

Esses gastos adicionais para 2024, já no primeiro ano da regra, também são alvo do PL, partido de oposição ao governo. O partido tem direito de pedir a votação de quatro emendas no plenário e, segundo o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), deve tentar alterar isso e suprimir outras partes do projeto. "Queremos acabar com essas bandas de crescimento das despesas, de 0,6% a 2,5%, punir com crime de responsabilidade o descumprimento da meta fiscal e diminuir o número de exceções à regra", afirmou.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, rebateu as críticas de que o parecer ampliou os gastos em até R\$ 80 bilhões.

Para ele, "nada de substancial" foi alterado pelo relator e a estimativa de economistas do mercado "é um erro grosseiro". "A diferença é entre R\$ 10 bilhões ou R\$ 20 bilhões, e não o que foi divulgado.

As pessoas fazem contas parciais e ignoram aquilo que não os interessam", disse, mas sem explicar os dados. "O governo vai se posicionar no momento adequado", desconversou.

Embora faça parte da base aliada do governo Lula (PT), o Psol também vai propor emenda ao projeto no plenário. De acordo com a deputada Fernanda Melchionna (RS), são duas ideias em debate: excluir o congelamento de salário dos servidores e concursos públicos se o governo não cumprir a meta fiscal ou retirar as despesas de saúde e educação do teto. O partido só tem direito a pedir um destaque no plenário e decidirá hoje qual fará.

Outros partidos também têm defendido alterações, mas não devem pedir a votação das emendas no plenário por causa de acordo negociado por Lira para aprovar o parecer de Cajado, o que consideram um "meio termo" entre a proposta do governo e o desejo da maioria da Câmara.

Os petistas tentam convencer Cajado a retirar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) do teto de gastos para que não conste do cálculo das despesas. "A educação sempre foi prioridade para Lula, o presidente que construiu mais universidades no país, criou os institutos federais e

criou o Fundeb, além de condicionar o pagamento de benefícios sociais à educação das crianças de cada família", afirmou o líder do PT na Câmara, deputado Zeca Dirceu (PR). Ceron afirmou que a inclusão de despesas dentro do cálculo diminuiu o espaço fiscal do substitutivo, mas não quis detalhar os números do governo.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187552>